



**Tribunal
de Contas**
Estado do Rio de Janeiro

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

VALENÇA

EXERCÍCIO DE 2020

RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA

PLENÁRIO

VOTO GCSMVM

PROCESSO TCE-RJ Nº 212.354-9/21

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO - 2020

RESPONSÁVEL: SR. LUIZ FERNANDO FURTADO DA GRAÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2020. VERIFICAÇÃO INICIAL, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS INSTRUTIVAS, DA NÃO OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES. SUGESTÃO PRELIMINAR DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

COMUNICAÇÃO NOS MOLDES DO ART. 45, §§1º E 2º, DO REGIMENTO INTERNO.

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E ESCLARECIMENTOS POR PARTE DO RESPONSÁVEL.

EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÃO. COMUNICAÇÃO AO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL. COMUNICAÇÃO AO ATUAL PREFEITO. COMUNICAÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA. DETERMINAÇÃO À SGE. ARQUIVAMENTO.

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de Valença, que abrange as contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2020, sob a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, **Sr. Luiz Fernando Furtado da Graça**, ora submetida à análise desta Corte para emissão de parecer prévio, conforme o disposto no inciso I do artigo 125 da Constituição Estadual.

Em consulta ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos - SCAP, constata-se que a prestação de contas deu entrada neste Tribunal em 30/04/2021, encaminhada em meio eletrônico, conforme o disposto no art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 285/2018. Dessa forma, considerando o prazo fixado no artigo 58-A da Lei Orgânica do Município, acrescentado por meio da Emenda nº 024/18 (fl. 913), que determina que as contas serão apresentadas até 30/04/2021, sua remessa foi tempestiva¹.

Inicialmente, o Corpo Instrutivo, por meio da 2ª Coordenadoria de Auditoria de Contas – 2ª CAC, procedeu a uma análise detalhada de toda a documentação encaminhada, conforme informação de 19/07/2021. Em sua conclusão preliminar, sugeriu a emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo de Valença, com ressalvas, determinações e recomendação, elencadas às fls. 1410/1424. A instrução especializada sugere também comunicações aos atuais Prefeito, responsável pelo controle interno e Chefe do Poder Legislativo do Município de Valença.

A Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal – SUB CONTAS e a Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE concordam com a proposição manifestada pela instância técnica.

Em parecer de 11/08/2021, o Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador-Geral, Dr. Henrique Cunha de Lima, corroborou parcialmente com proposta das instâncias instrutivas, mas concordou com a emissão de parecer prévio favorável.

Dentre os aspectos abordados no parecer do Ministério Público de Contas, merece destaque a inclusão da **ressalva de n.º 24 quanto à ausência de ampla divulgação do relatório analítico e respectivo parecer prévio desta corte sobre as contas do chefe do poder executivo relativas ao exercício financeiro de 2019, em afronta ao disposto no artigo 126 da constituição estadual, c/c o artigo 48 da lei de responsabilidade fiscal - LC 101/00, bem como o acréscimo de determinação à Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE para verificação das regras decorrentes da Emenda Constitucional 103/19.**

Ressalte-se que, por meio de decisão monocrática proferida em 13/08/2021, foi aberto prazo para vista dos autos e apresentação de manifestação escrita por parte do responsável, caso este assim entendesse necessário.

¹ Há de se ressaltar que a análise ora empreendida considerará a dicção da redação original do art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, na medida em que as alterações no dispositivo promovidas pela Deliberação TCE-RJ nº 325/21 só produzirão efeitos a partir da prestação de contas do exercício de 2021, a ser encaminhada em 2022.

Em atenção à citada decisão o responsável encaminhou tempestivamente elementos que deram origem ao Doc. TCE-RJ 032.436-1/21. Informou, em suma, que diversos setores da Prefeitura estão empenhados em sanar as falhas apontadas e cumprir as determinações desta Corte e que será providenciado o ressarcimento do montante de R\$1.465.755,67 à conta do Fundeb no prazo de 180 dias e que o órgão de contabilidade está aprofundando os cálculos atinentes à apuração do resultado financeiro do Fundo. Salientou ainda que foi formado grupo gestor para acompanhamento e implementação das novas regras do Fundeb.

Em nova manifestação, de 02/09/2021, o Corpo Instrutivo manteve sua sugestão inaugural de emissão de parecer prévio favorável, mas, diante do encaminhamento das Leis autorizativas de créditos adicionais nº 3170/19, 3224/20, 3169/19, 3232/20 e 3178/20, entendeu pela exclusão da ressalva relativa a esse tema (ressalva nº 01 da manifestação de 19/07/2021).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, em 23/09/2021 reiterou sua proposta de emissão de parecer prévio favorável, nos moldes já expostos em seu parecer precedente, e aderiu à proposta da instância técnica de exclusão da ressalva atinente às leis autorizativas acima discriminadas.

Conclusos os autos ao gabinete, houve a publicação de pauta especial no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nos moldes preconizados pelo art. 123, §3º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

É O RELATÓRIO.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, o controle da gestão pública ostenta *status* constitucional e é apresentado em três planos distintos: o interno, no âmbito de cada órgão ou instituição; o externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas; e o social, pela sociedade em geral.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro representa um fundamental instrumento de controle externo e técnico sobre a gestão pública. Por meio das diversas funções atribuídas, essa Corte atua com o escopo de permitir o contínuo aperfeiçoamento e a modernização do planejamento e da execução das ações estatais, com vistas a implementar medidas que, em última análise, incrementem a qualidade de vida da população.

Dentre os diversos mecanismos de que o Tribunal de Contas dispõe para fiscalizar a Administração do Estado está a emissão de parecer prévio na prestação de contas anual de governo.

A prestação de contas, genericamente considerada, exsurge da natural responsabilidade daquele que administra coisa de outrem. Esse dever de prestar contas é ainda mais manifesto quando se está diante da administração de recursos públicos, que envolve vultosas quantias de indetermináveis pessoas. A prestação de contas é o meio pelo qual o povo, enquanto verdadeiro titular da coisa pública, pode acompanhar e exercer seu controle social sobre a gestão pública. Nesse contexto, a prestação de contas revela-se como imperativo decorrente do exercício de função pública, conforme explicita o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República:

Art. 70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Na prestação de contas anual de governo que é apresentado e examinado o desempenho geral das contas públicas no exercício financeiro. Tal análise se dá de forma macroscópica, com fulcro no exame da conduta do administrador no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas idealizadas na concepção das leis orçamentárias.

Definido o objeto da presente prestação de contas governo, notadamente uma visão geral acerca dos resultados obtidos pelo Município no exercício de 2020, cabe esclarecer que a análise empreendida por este Tribunal de Contas culmina em parecer prévio, técnico e imparcial, que posteriormente será direcionado à Câmara Municipal para fins de julgamento político e definitivo.

Com enfoque propriamente na prestação de contas do exercício de 2020 e com base nos elementos trazidos aos autos, complementados pelas conclusões do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas, que podem ser considerados parte integrante deste voto naquilo que com este não conflite, passa-se a destacar os principais aspectos pertinentes à presente Prestação de Contas do Governo Municipal de Valença, que embasarão a emissão de parecer prévio.

1. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E FISCAIS

O Corpo Instrutivo acusa o recebimento das demonstrações contábeis consolidadas, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO referente ao 6º bimestre de 2020 e dos

Relatórios de Gestão Fiscal dos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020, em consonância com o que dispõe a Lei Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

O Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018/2021 foi instituído pela Lei Municipal n.º 3.014, de 19/12/2017.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2020 foi estabelecida pela Lei nº 3.128, de 25/06/2019.

A Lei Orçamentária Anual – LOA, por sua vez, foi aprovada pela Lei n.º 3180, de 19/12/2019 (fls. 11/250) e estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 236.757.125,21.

A LOA está sujeita a ajustes no decorrer do exercício, mediante créditos adicionais, que podem ser especiais (despesa não consignada inicialmente na LOA), suplementares (atender despesa insuficientemente dotada na LOA) ou extraordinários (atender despesas urgentes e imprevisíveis) ou por outras alterações, como a troca da fonte de recurso ou alteração na modalidade de aplicação.

O artigo 5º da LOA autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das despesas fixadas no orçamento. Eis o teor do citado dispositivo:

“Artigo 5º - O poder Executivo está autorizado a:

- a) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.
- b) Abrir créditos suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.
- c) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.
- d) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.
- e) Abrir créditos suplementares à conta de recursos FUNDEB provenientes de superávit financeiro considerada a tendência do exercício de 2019.”

Limite para a Abertura de Créditos Adicionais com base na LOA:

		R\$
Descrição		Valor - R\$
Total da despesa fixada		236.757.125,21
Limite para abertura de créditos suplementares	25,00%	59.189.281,30

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 11/250.

2.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.2.1 AUTORIZADAS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

No que se refere ao total das alterações orçamentárias realizadas no exercício, comparado ao limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual, apresenta-se o seguinte cenário:

SUPLEMENTAÇÕES			
Alterações	Fonte de recursos	Anulação	41.063.335,95
		Excesso – Outros	15.595.284,94
		Superávit	0,00
		Convênios	0,00
		Operação de crédito	0,00
(A) Total das alterações			56.658.620,89
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)			15.595.284,94
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)			41.063.335,95
(D) Limite autorizado na LOA			59.189.281,30
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)			0,00

Fonte: Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 11/250 e Relação dos Créditos Adicionais abertos com base na LOA – Quadro A.1 – fls. 251.

Nota 1: No Quadro A.1, o total de “Excesso de Arrecadação – Convênio” (R\$ 10.695.284,94) foi considerado na Fonte “Excesso de Arrecadação – Outros”, tendo em vista que os créditos adicionais suplementares abertos por meio dos Decretos nº 131/20, 151/20, 152/20 e 176/20 tiveram como fundamento o disposto no artigo 5º, alínea “d”, da Lei Municipal n.º 3.180/19 (LOA), portanto, abertos à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício, conforme cópias extraídas do portal da Prefeitura Municipal de Valença na internet e acostadas às fls. 1166/1169.

Nota 2: Linha (B) – o valor excluído para fins de limite corresponde aos créditos suplementares abertos oriundos de excesso de arrecadação, conforme autorização específica prevista na alínea “d”, do artigo 5º da LOA, correspondente aos créditos abertos por meio dos Decretos n.º 129/20, 131/20, 151/20, 152/20 e 176/20, e que não compõem o limite de 25% previsto na alínea “b” do mesmo dispositivo.

Da análise do quadro anterior, conclui-se que a abertura de créditos adicionais se encontra **dentro do limite estabelecido na LOA**, em obediência ao preceituado no inciso V do art. 167 da Constituição Federal.

2.2.2 AUTORIZADAS POR LEIS ESPECÍFICAS

No que concerne aos créditos adicionais abertos em face de autorização em leis específicas, verifica-se que **o município efetuou a abertura desses créditos**, conforme demonstrado a seguir:

Lei n.º	Fls.	Valor (R\$)	Decreto n.º	Fonte de recurso					Tipo de crédito (1)
				Superávit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
					Convênios	Outros			
3182/20	253	571.680,00	002/20		571.680,00				E
3183/20	253/254	8.492.389,73	003/20		8.492.389,73				E
3184/20	254	500.000,00	004/20		500.000,00				E
3185/20	255	203.000,00	014/20		200.000,00		3.000,00		E
3186/20	255	203.000,00	015/20		200.000,00		3.000,00		E
3187/20	256	203.000,00	016/20		200.000,00		3.000,00		E
3188/20	256	609.500,00	017/20		573.000,00		36.500,00		E
3189/20	257	561.413,98	018/20		555.573,71		5.840,27		E
3190/20	257	102.000,00	019/20		100.000,00		2.000,00		E
3191/20	258	203.000,00	020/20		200.000,00		3.000,00		E
3170/19	1172/1173	399.280,00	034/20		399.280,00				E
3199/20	262	921.331,74	035/20		921.331,74				E
3201/20	263	183.750,97	058/20		183.750,97				E
3202/20	264	11.485.400,00	063/20		11.485.400,00				E
3203/20	265	812.553,00	064/20		812.553,00				E
3209/20	266	2.000.000,00	080/20				2.000.000,00		E
3211/20	267	2.231.963,70	087/20		2.231.963,70				E
3224/20	1176/1177	258.839,70	120/20		200.000,00		58.839,70		E
3210/20	272	2.119.138,32	144/20		2.119.138,32				E
3169/19	1170/1171	321.008,72	154/19		256.870,48	64.138,24			E
3232/20	1178	200.000,00	155/20		200.000,00				E
3238/20	1179/1180	530.651,33	164/20		530.651,33				E
3178/19	1174/1175	1.668.568,90	171/19			1.668.568,90			E
3246/20	275	171.361,97	201/20			171.361,97			E
Total	-		-	-	30.933.582,98	1.904.069,11	2.115.179,97	-	-

Fonte: Relação dos Créditos Adicionais abertos com base em Leis Específicas – Quadro A.2 – fl. 252 e Leis Autorizativas Específicas – fls. 253/275.

(1) Tipo de crédito: E – Especial; S – Suplementar.

Nota 1: No Quadro A.2, o Decreto n.º 034/20 indica a abertura de crédito especial com base na Lei n.º 3170/20, entretanto, verifica-se que o referido crédito foi autorizado através da Lei n.º 3170, de 12.11.2019, promulgada nos últimos quatro meses do exercício de 2019, conforme extraídos do site da Prefeitura Municipal de Valença na internet e anexados às fls. 1172/1173 e 1309. Em que pese o Jurisdicionado não ter comprovado que o respectivo crédito adicional não foi totalmente utilizado no exercício anterior, observou-se no Anexo 11 Consolidado constante da Prestação de Contas de Governo do exercício de 2019 a existência de saldo orçamentário (sobra) não utilizado, no montante de R\$ 399.280,00 (fls. 559 do Processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20 – Prestação de Contas de Governo Municipal/Valença/2019).

Nota 2: No Quadro A.2, o Decreto n.º 035/20 indica a abertura de crédito especial no montante de R\$ 771.381,74, entretanto, o montante observado no referido decreto foi de R\$921.331,74, conforme extraído do site da Prefeitura Municipal de Valença na internet e anexado às fls. 1164.

Nota 3: O crédito adicional especial aberto por meio do decreto nº 171/19, no valor de R\$ 1.668.568,90, foi autorizado com base em lei promulgada nos últimos quatro meses do exercício de 2019, Lei nº 3178 de 12.12.2019, sendo comprovado por meio do documento à fl. 293, que as respectivas dotações não foram utilizadas naquele exercício. A referida lei foi extraída do site da Prefeitura na internet e

anexada às fls. 1174/1175. Cumpre destacar que o montante considerado no Quadro A.2 encaminhado pelo município foi de R\$ 1.636.958,10.

Nota 4: A Lei n.º 3169/19, que autorizou o crédito adicional especial aberto por meio do Decreto nº 154/19, indica que a fonte de recurso a ser utilizada, no montante de R\$64.138,24, é proveniente de anulação de dotações do orçamento municipal. Cumpre destacar que o referido crédito adicional foi aberto com base em lei promulgada nos últimos quatro meses do exercício de 2019 e, em que pese o Jurisdicionado não ter comprovado que o mesmo não foi totalmente utilizado no exercício anterior, observou-se no Anexo 11 Consolidado constante da Prestação de Contas de Governo do exercício de 2019 a existência de saldo orçamentário (sobra) não utilizado, no montante de R\$ 321.008,72 (fls. 551 do Processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20 – Prestação de Contas de Governo Municipal/Valença/2019).

Nota 5: Não foram considerados os créditos adicionais extraordinários informados no Quadro A.2 abertos por meio dos Decretos n.º 109/20, 115/20, 124/20, 128/20, 146/20, 160/20 e 194/20, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/64. Cumpre destacar que Decreto n.º 065/20 foi classificado como crédito extraordinário, aberto em face da autorização contida na Lei n.º 3.204/2020 (fls. 265).

Do quadro anterior é possível concluir que a abertura de créditos adicionais se encontra dentro do limite estabelecido nas respectivas leis autorizativas, **em observância** ao preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

A Especializada inicialmente constatou que não haviam sido encaminhadas as Leis nºs 3170/19, 3224/20, 3169/19, 3232/20 e 2178/20 – embora tenham sido extraídas no sítio eletrônico da Prefeitura pelo Corpo Instrutivo-, o que inicialmente ensejou sugestão de ressalva às contas e de determinação. Todavia, considerando que houve a remessa superveniente dos citados elementos por meio do Doc. 32.436-1/21, o corpo instrutivo sugeriu a supressão daqueles comandos, o que foi acompanhado pelo Ministério Público de Contas.

Diante do saneamento da falha, é imperiosa a exclusão da ressalva relativa à ausência de envio das leis autorizativas de créditos adicionais.

2.2.3 FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Para a verificação da existência de fontes de recursos para suportar os créditos adicionais abertos, o corpo instrutivo demonstrou o resultado orçamentário ao final do exercício, excluída a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto de Previdência com vistas à cobertura de déficit financeiro:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)	
Natureza	Valor - R\$
I - Superávit do exercício anterior	0,00
II - Receitas arrecadadas	258.523.556,62
III - Total das receitas disponíveis (I+II)	258.523.556,62
IV - Despesas empenhadas	246.813.222,12
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	1.261.062,22
VI - Total das despesas realizadas (IV+V)	248.074.284,34
VII - Resultado alcançado (III-VI)	10.449.272,28

Fonte: Prestação de Contas de Governo de 2019, processo TCE-RJ nº. 211.083-3/2020; Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 330/337 e Anexo 11 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls.338/420, Anexo 12 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 584/586 e Balanço financeiro do RPPS - fls. 587.

Infere-se do quadro anterior que, ao final do exercício, o município registrou um resultado positivo, considerados todos os recursos disponíveis e todas as despesas realizadas, incluindo também aquelas efetuadas por meio de abertura de créditos adicionais, com indicação dos recursos, conforme análise anterior.

Nesse sentido e com base na documentação apresentada pelo Município, o gestor adotou medidas necessárias à manutenção do equilíbrio orçamentário no exercício em exame, sendo prescindível a análise individual de cada fonte de recurso indicada nos referidos créditos, uma vez cumprido os mandamentos da LRF.

2.2.4 ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS EXTRAORDINÁRIOS

Durante o exercício foram abertos os seguintes créditos adicionais extraordinários:

DECRETO Nº	Data	FLS.	VALOR	CIÊNCIA DA CÂMARA
			R\$	
109/20	27/07/2020	282	1.116.317,97	22/04/2021
115/20	11/08/2020	283	4.000.017,17	22/04/2021
124/20	26/08/2020	284	2.312.172,86	22/04/2021
128/20	03/09/2020	285	348.105,00	11/09/2020
146/20	08/10/2020	286	4.043.521,30	22/04/2021
160/20	03/11/2020	288	235.219,14	22/04/2021
194/20	21/09/2020	289	521.691,32	22/04/2021
065/20	04/05/2020	281	3.533.294,69	22/04/2020
TOTAL		-	16.110.339,45	-

Fonte: Relação de Créditos Adicionais abertos – Quadro A.2 – fls. 252 e Documentação comprobatória da ciência da Câmara – fls. 291/292.

Nota 1: Os referidos Decretos tratam de créditos adicionais extraordinários abertos pelo Poder Executivo, nos termos do artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/64, objetivando o custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 – fls. 282/290.

Nota 2: Não foi computado no quadro anterior os créditos adicionais extraordinários abertos por meio do Decreto n.º 065/20, com base na lei autorizativa n.º 3204/20, no montante de R\$ 3.533.294,69, às fls. 265.

Os créditos extraordinários foram abertos por Decreto Municipal em razão da calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. No entanto, a instrução técnica pontua a seguinte situação:

“Os elementos apresentados evidenciam que a Câmara Municipal não tomou ciência imediata dos Decretos nºs 109/20, 115/20, 124/20, 146/20, 160/20 e 194/20 que tiveram suas fundamentações autorizativas no disposto no art. 44 da Lei Federal nº 4.320/64, onde foi definido que “os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Legislativo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.”

Tal procedimento se faz necessário para que aquela Casa julgue a ação do Chefe do Poder Executivo, avaliando as circunstâncias e zelando para evitar excessos. Desta

forma, consideramos que não foi observado devidamente o disposto no artigo 44 da LF nº 4.320/64, tal fato será objeto de **Ressalva e Determinação.**”

Considerando que a Câmara Municipal não tomou ciência imediata dos decretos que promoveram a abertura dos créditos extraordinários, será consignada **ressalva** e expedida **determinação** para que seja observado o disposto no art. 44 da Lei Federal n.º 4.320/64.

2.2.5 DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As alterações orçamentárias em 2020 podem ser assim evidenciadas:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	236.757.125,21
(B) Alterações:	107.721.792,40
Créditos extraordinários	16.110.339,45
Créditos suplementares	56.658.620,89
Créditos especiais	34.952.832,06
(C) Anulações de dotações	43.178.515,92
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	301.300.401,69
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	301.118.840,89
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)	181.560,80

Fonte: Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 338/420, Relação dos Créditos Adicionais abertos com base na LOA – Quadro A.1 – fls. 251 e Relação dos Créditos Adicionais abertos com base em Leis Específicas – Quadro A.2 – fls. 252.

Nota: a divergência apurada decorre dos valores dos créditos adicionais abertos por meio dos Decretos n.º 035/20 e 171/19 lançados no Quadro A.2 encaminhado pelo Município em desacordo com o observado nos referidos decretos e respectivas leis autorizativas, conforme Notas 2 e 3 constantes do quadro “autorizadas por leis específicas”.

O valor do orçamento final apurado **não guarda** paridade com o registrado no Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado. Tal fato será alvo de **ressalva e determinação**.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O comportamento da arrecadação municipal no exercício de 2020, em comparação à previsão inicial, resultou um **superavit de arrecadação** no valor de **R\$ 46.934.049,87**, conforme quadro a seguir:

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO				
Natureza	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Saldo	
			R\$	Percentual
Receitas correntes	212.182.438,32	276.182.669,12	64.000.230,80	30,16%

Receitas de capital	6.482.455,89	724.951,99	-5.757.503,90	-88,82%
Receita intraorçamentária	18.092.231,00	6.783.553,97	-11.308.677,03	-62,51%
Total	236.757.125,21	283.691.175,08	46.934.049,87	19,82%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337

Nota: nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

O valor da receita arrecadada informada no Balanço Orçamentário Consolidado **guarda paridade** com o registrado no Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

3.2 PANORAMA DAS AUDITORIAS NA GESTÃO TRIBUTÁRIA

A Coordenadoria de Controle da Receita (CCR) executou, entre os exercícios de 2014 e 2020, auditorias governamentais – e seus monitoramentos- em todos os municípios jurisdicionados com o objetivo verificar a gestão do imposto sobre serviço – ISS, do imposto predial e territorial urbano - IPTU e do imposto sobre a transmissão de bens imóveis – ITBI. Especificamente em 2020, os monitoramentos inauguraram os Processos TCE-RJ 225.343-1/20 (ISS) e 225.346-3/20 (IPTU e ITBI).

No tocante ao ISS, a equipe de auditoria apontou o seguinte cenário:

I - Problemas resolvidos:

- Benefício fiscal concedido que resulta em alíquota efetiva inferior ao mínimo permitido;
- Inexistência de consolidação da normatização tributária;
- Falta de transparência da normatização do ISS em vigor;
- Ausência de implantação de módulo específico para a fiscalização do ISS no sistema informatizado;
- Insuficiência de computadores à disposição dos fiscais de tributos em condições de serem utilizados para fiscalização do ISS; • Inexistência de planejamento da fiscalização do ISS;
- Exigência irregular da quitação do imposto apurado para a concessão do “habite-se”; e
- Proibição da dedução do valor dos materiais empregados na obra e das subempreitadas na base de cálculo do ISS de construção civil.

II - Problemas não resolvidos com ações iniciadas:

- Inexistência de fiscalizações nas instituições bancárias;
- Inexistência de procedimento de conciliação do faturamento dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional; e

- Inexistência de lançamento de ISS dos cartórios domiciliados no Município.

III - Problemas não resolvidos:

- Inexistência de publicação das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos; e
- Inexistência de procedimentos fiscalizatórios com dados dos contribuintes de ISS junto às operadoras de cartões de crédito e débito.

Com relação ao IPTU e ao ITBI, a equipe de auditoria descreveu a seguinte situação:

I - Problemas resolvidos:

- Falta de transparência da normatização do IPTU em vigor; e
- Atualização monetária da base de cálculo do IPTU em percentual inferior ao previsto na legislação municipal.

II - Problemas não resolvidos com ações iniciadas:

- Inexistência de previsão legal da progressividade fiscal graduada das alíquotas de IPTU;
- Inexistência de consolidação da legislação do IPTU;
- Ausência de fatores de correção definidos na legislação para apuração do IPTU no Cadastro imobiliário;
- Inexistência de fiscalização do ITBI;
- Indisponibilidade de relatórios necessários à verificação da regularidade das isenções de IPTU concedidas; e
- Indisponibilidade de relatórios necessários à verificação da regularidade dos lançamentos de IPTU.

III - Problema não resolvido:

- Atualização monetária da base de cálculo do IPTU em percentual superior ao permitido.

As falhas que ainda persistem serão tratadas individualmente nos processos atinentes aos monitoramentos, sem prejuízo do apontamento de **ressalva e determinação** às contas ora submetidas à emissão de parecer prévio.

3.3 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A execução orçamentária da despesa apresentou uma **economia orçamentária** no valor de **R\$ 41.040.049,33**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$	Atualizada - R\$	Empenhada -	Liquidada - R\$	Paga - R\$	Percentual	Economia

	(A)	(B)	R\$ (C)	(D)	(E)	empenhado (C/B)	orçamentária (B-C)
Total das despesas	236.757.125,21	301.118.840,89	260.078.791,56	250.905.109,99	241.395.519,44	86,38%	41.040.049,33

Fonte: Dotação inicial - Lei dos Orçamentos Anuais – fls. 11/250, Anexo 11 Consolidado – fls. 338/420e Balanço Orçamentário – fls. 1021/1034.

Nota: Incluídas as despesas intraorçamentárias.

O valor da despesa empenhada informada no Balanço Orçamentário Consolidado **guarda paridade** com o Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado.

3.4 RESTOS A PAGAR

Conforme o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, restos a pagar correspondem às despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anteriores, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente ao ano de sua inscrição, distinguindo-se as processadas (despesas já liquidadas) das não processadas (despesas a liquidar ou em liquidação).

3.4.1 Do saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados de Exercícios Anteriores

A seguir se demonstra o saldo de restos a pagar processados e não processados referente a exercícios anteriores, conforme quadros anexos ao balanço orçamentário:

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/2019				
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	7.761.298,92	9.915.161,50	-	8.165.417,42	5.704.235,68	3.806.807,32
Restos a Pagar Não Processados	14.271.920,12	12.606.838,51	8.275.126,63	8.178.624,65	17.648.718,34	1.051.415,64
Total	22.033.219,04	22.522.000,01	8.275.126,63	16.344.042,07	23.352.954,02	4.858.222,96

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 1032/1034.

Nota 1: Não foi verificado cancelamento de restos a pagar processados na Câmara Municipal.

Observa-se que o Município possui um saldo de restos a pagar, referente a exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.858.222,96, sendo R\$ 3.806.807,32 referentes a restos a pagar processados e não processados liquidados e R\$ 1.051.415,64 relativos a restos a pagar não processados.

Verifica-se que houve cancelamentos de restos a pagar processados e não processados liquidados no montante de R\$ 5.704.235,68, o que poderia, em tese, caracterizar ilegalidade por

afronta aos art. 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64. Todavia, pelos documentos colacionados aos autos é possível constatar que os cancelamentos, no montante de R\$ 5.660.238,44, ocorreram devido às despesas alcançadas pela prescrição, processos em duplicidades e empenhos que foram objeto de parcelamentos, em conformidade com o Decreto n.º 22, de 04/02/2020, justificativa hábil para afastar a caracterização de falha.

De acordo com a Nota Explicativa inserta à fl. 1103, o montante de R\$ 43.997,24, está sendo objeto de apuração junto aos desenvolvedores do sistema contábil da prefeitura quanto à possibilidade de erro no relatório de restos a pagar que pode estar gerando a mencionada diferença incorretamente. Considerando a imaterialidade do montante envolvido (0,77% do total cancelado), tal fato será alvo de **ressalva e determinação**.

3.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é a diferença entre o total da receita arrecadada e o total da despesa empenhada. A análise da execução orçamentária do exercício revela que o município apresentou **resultado superavitário**, já excluídos os montantes relativos ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme apresentado no quadro a seguir:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	283.691.175,08	25.167.618,46	258.523.556,62
Despesas Realizadas	260.078.791,56	13.265.569,44	246.813.222,12
Superávit/Déficit Orçamentário	23.612.383,52	11.902.049,02	11.710.334,50

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 330/337 e Anexo 11 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 338/420 e Balanço Orçamentário do RPPS – fls. 584/586.

3.6 RESULTADO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

O resultado financeiro é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, de modo que pode ser superavitário ou deficitário. Quanto a tal apuração o Corpo Instrutivo explicitou a metodologia utilizada para aferição dos cálculos:

“Em conformidade com o estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Corte de Contas vem alertando os Prefeitos sobre a necessidade de obtenção do equilíbrio financeiro da gestão até o final do mandato.

Assim, por se tratar do último ano da gestão do Chefe do Poder Executivo Municipal, o exame efetuado neste tópico não se restringirá, para efeito da

apuração do resultado financeiro, somente à análise dos valores registrados pela contabilidade no Balanço Patrimonial, uma vez que este pode não evidenciar a real situação financeira do município.

Neste sentido, podem ser identificados, por exemplo, a realização de despesas não contabilizadas, cancelamentos indevidos de passivos, bem como formalização de termos de Reconhecimento/Confissões de Dívida, que embora possam ter seus vencimentos para o exercício seguinte, constituíram obrigações líquidas e certas de responsabilidade da gestão que se encerra, devendo ser, dessa forma, considerados no cálculo do resultado superavit/deficit financeiro efetivamente alcançado no final do mandato.

Cabe ressaltar, que essas obrigações, caso não possuam características de Essencialidade, Preexistência e Continuidade, bem como tenham sido formalizadas a partir de 01/05/2020, devem ainda ser consideradas para efeito da análise do artigo 42 da LRF, o que será objeto de análise no presente relatório em tópico próprio denominado “OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO – ARTIGO 42 DA LRF”.

Por oportuno, registre-se que neste último ano de mandato será excluído do resultado superavit/deficit financeiro, além dos valores do Instituto de Previdência e da Câmara Municipal, o efeito dos saldos do ativo e do passivo financeiros referentes a convênios, por se tratar de recursos estritamente vinculados, tendo como base, para tanto, as informações extraídas do Sistema SIGFIS encaminhadas eletronicamente pelo município.”

Feitos tais esclarecimentos, verifica-se que a Administração Municipal apresentou um **superavit financeiro de R\$ 19.945.247,16**, não considerados os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, à Câmara Municipal e aos recursos de convênios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

APURAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO					
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Convênios (D)	Valor considerado (E) = (A-B-C-D)
Ativo financeiro	116.036.430,63	65.945.043,36	0,00	0,00	50.091.387,27
Passivo financeiro	30.232.861,72	54.384,62	0,00	32.336,99	30.146.140,11
Superavit/Deficit Financeiro	85.803.568,91	65.890.658,74	0,00	-32.336,99	19.945.247,16

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – fls. 431/432, Balanço Patrimonial do RPPS – fls. 588, Balanço Patrimonial da Câmara – fls. 573 e Relatório Saldo de Convênios Extraídos do SIGFIS – fl. 1308.

Nota 1: Foi considerado no Ativo Financeiro Consolidado o valor registrado na conta Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras do Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ 116.036.430,63) e confirmado no Balanço Financeiro (fl. 430).

Nota 2: No Passivo Financeiro Consolidado foram considerados, em consonância com o Balanço Patrimonial Consolidado, os valores dos depósitos (R\$ 6.691.366,64), dos restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores (R\$ 23.380.879,93) e do serviço da dívida a pagar (R\$ 160.615,15) evidenciados no anexo 17 da Lei n.º 4.320/64 Consolidado (fls. 439/442), incluído nesse último o montante de R\$ 541,71 referente à rubrica de Outros Financiamentos Internos – Secretaria de Estado de Fazenda RJ, conforme consta do Balancete Contábil Analítico Consolidado às fls. 452.

Nesse sentido, o Município **alcançou** o equilíbrio financeiro no exercício em análise, sendo observado o disposto no §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00².

Adiante, apresenta-se a evolução do resultado financeiro do município:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS				
Gestão anterior	Gestão atual			
2016	2017	2018	2019	2020
-638.998,34	2.472.630,34	-9.795.003,22	-14.820.575,01	19.945.247,16

Fonte: prestação de contas de governo de 2019 – processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20 e quadro anterior.

No que tange ao Demonstrativo do *Superavit/Deficit* Financeiro do Exercício, a especializada apontou inconsistência no registro dos valores, uma vez que o resultado final apurado não guarda paridade com a diferença entre o Ativo e Passivo Financeiro registrado no Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes. Tal inconsistência será alvo de **ressalva e determinação**.

4. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS deverão ser organizados de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme preconiza o artigo 40, *caput*, da Constituição Federal e art. 1º, *caput*, da Lei Federal 9.717/1998.

4.1 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Balanço Orçamentário do RPPS – Anexo 12 da Lei Federal n.º 4.320/64, constata-se um resultado orçamentário **superavitário** da ordem de **R\$ 11.902.049,02**, conforme exposição a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	25.167.618,46
Despesas previdenciárias	13.265.569,44
Superavit	11.902.049,02

Fonte: Balanço Orçamentário do RPPS – fls. 584/586.

Nota: Estão incluídas as receitas e despesas intraorçamentárias.

4.2 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – RPPS

² Há de se ressaltar que o *superavit* ora apurado reflete apenas o resultado alcançado ao final da gestão, de modo que não estão contempladas as demais obrigações contraídas que serão objeto de análise no tópico relativo às obrigações contraídas em final de mandato (art. 42 da LRF).

Preliminarmente cabe informar que, quando da apreciação das contas de governo do município de São Fidélis, referente ao exercício de 2017 – Processo TCE-RJ nº 210.477-4/18, o Plenário desta Corte determinou o seguinte:

“V – Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** a todos os Municípios jurisdicionados, dirigidos aos Chefes do Poder Executivo Municipal e a todos os titulares dos Institutos de Previdência dos respectivos Regimes Próprios, dando-lhes ciência de que, **a partir das contas de governo do exercício de 2019, encaminhadas em 2020**, a impontualidade nos repasses mensais ao órgão ou instituto de previdência, assim como o descumprimento dos parcelamentos porventura firmados com ele, até o exercício de 2018, poderá ensejar a emissão de Parecer Prévio Contrário nas Contas de Governo Municipais.”

O quadro a seguir, confeccionado pela instrução técnica, demonstra, de forma resumida e consolidada, o montante devido e o valor efetivamente repassado, oriundo das contribuições previdenciárias dos servidores e da parte patronal, relativas à competência do **exercício de 2020**, referente a todas as unidades gestoras (exceto câmara municipal) cujos dados foram extraídos do Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS (Modelo 23) enviado pelo jurisdicionado:

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	6.976.773,20	6.976.773,20	0,00
Patronal	10.921.190,77	5.015.558,93	5.905.631,84
Total	17.897.963,97	11.992.332,13	5.905.631,84

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS (Modelo 23) – Fls. 1115/1119.

Nota: os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto câmara municipal.

De acordo com o quadro apresentado, constata-se que **não houve o repasse integral** ao RPPS das contribuições previdenciárias.

Contudo, de acordo com a Nota Explicativa e documentos insertos às fls. 820/827, o montante das contribuições não repassadas ao RPPS no exercício de 2020 foi oriundo do acordo de parcelamento CADPREV n.º 00717/2020 que deverá ser quitado em 60 (sessenta) meses, a partir de janeiro de 2021.

Não se desconhece que a impontualidade nos repasses mensais ao instituto de previdência corroboram para o desequilíbrio do regime e possuem o condão de comprometer a sua sustentabilidade. Com fulcro nessa premissa, é importante ressaltar que a ausência de adimplemento tempestivo, com parcelamentos sucessivos de débitos, pode agravar a situação do RPPS e eventualmente ensejar a emissão de parecer prévio contrário, por atentar contra a

responsabilidade na gestão pública e criar compromissos futuros que podem repercutir negativamente em gestões futuras.

No presente exercício, todavia, há de se considerar que as circunstâncias decorrentes da pandemia de covid-19, o fato de o Município apenas possuir parcelamentos de 2017 em curso, bem como a situação de que não foram apontadas quaisquer outras possíveis irregularidades às contas, não recomendam a adoção de providência drástica referente à emissão de parecer prévio contrário em função do acordo de parcelamento CADPREV n.º 00717/2020. O fato, portanto, será tratado como **ressalva** e ensejará **determinação**, sem prejuízo da revisão da questão em exercícios futuros.

4.3 PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Quanto aos parcelamentos dos débitos previdenciários junto ao RPPS, demonstra-se no quadro a seguir, de forma resumida, o montante devido e os valores pagos no exercício, cujos dados foram extraídos do Demonstrativo dos Termos de Parcelamentos das Contribuições Previdenciárias ao RPPS (Modelo 26) enviado pelo jurisdicionado:

DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS					
Número do Termo de Parcelamento	Data da Pactuação	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Devido no Exercício em Análise (R\$) (A)	Valor Recebido no Exercício em Análise (R\$) (B)	Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R\$) (C=A-B)
01970/2017	30/11/2017	15.657.853,70	939.471,24	939.471,24	-
02027/2017	06/12/2017	3.042.285,23	182.537,16	182.537,16	-
02002/2017	07/12/2017	2.614.753,98	156.885,24	156.885,24	-
02022/2017	08/12/2017	962.495,70	57.749,76	57.749,76	-
02030/2017	08/12/2017	9.651.816,09	579.108,96	579.108,96	-
02100/2017	12/12/2017	3.392.430,38	678.486,12	678.486,12	-

Fonte: Demonstrativo dos Termos de Parcelamentos das Contribuições Previdenciárias junto ao RPPS (Modelo 26) - fls. 830.

Nota: Não foi considerado no quadro acima o Acordo CADPREV n.º 00717/2020 informado no Modelo 26, o qual foi celebrado em 22/12/2020, uma vez que deverá ser quitado em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2021, conforme documentação acostada às fls. 820/827.

Do quadro acima, verifica-se que o Poder Executivo **efetuiu** os pagamentos devidos no exercício, decorrentes dos termos de parcelamentos dos débitos previdenciários junto ao RPPS.

4.4 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – RGPS

Conforme apontado pela instrução, o quadro a seguir demonstra, de forma resumida e consolidada, o montante devido e o valor efetivamente repassado, oriundo das contribuições previdenciárias dos servidores e da parte patronal, relativas ao exercício em análise, cujos os dados foram extraídos do Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS enviado pelo jurisdicionado (modelo 24):

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	693.487,07	693.487,07	0,00
Patronal	1.793.690,62	1.793.690,62	0,00
Total	2.487.177,69	2.487.177,69	0,00

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS (modelo 24) – fls. 828/829.

Nota: De acordo com a declaração de fl. 828, os Fundos Municipais ativos não possuem contratação de pessoal, motivo pelo qual não há contribuições ao RGPS dessas unidades gestoras.

De acordo com o quadro apresentado, constata-se que **houve o repasse integral** ao RGPS das contribuições previdenciárias.

4.5 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

De acordo com o Certificado de Regularidade Previdenciária (fl. 1185), emitido em 31/12/2020 mediante pesquisa realizada no “site” <http://www.previdencia.gov.br> e com validade até 29/06/2021, o Município se encontra-se em situação regular.

Em sequência, o Ministério Público de Contas ao analisar o referido tópico manifestou-se nos seguintes termos, em parecer datado de 11/08/2020:

“(…)

De acordo com o Certificado de Regularidade Previdenciária (fls. 1185) obtido mediante pesquisa realizada no “site” <http://www.previdencia.gov.br>, o município de VALENÇA encontra-se em situação regular, tendo sido emitido em 31/12/2020, com validade que se estende até 29/06/2021.

De acordo com o “*Extrato Externo dos Regimes Previdenciários*”, disponível nesta data no *sítio eletrônico* da Secretaria de Previdência, a previdência municipal apresenta a seguinte **irregularidade** para os critérios previstos na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do sistema, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP:

- Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises – Irregular

O fato será objeto de **Comunicação** ao atual Prefeito do Município para adoção de providências voltadas a atender as normas pertinentes ao RPPS e, por via de consequência, manter o CRP.”

Merece prosperar a comunicação proposta pelo *Parquet* de Contas para que o atual Prefeito Municipal de Valença adote medidas de modo a atender as normas pertinentes ao RPPS.

4.6 AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Conforme manifestação da instância técnica, a Portaria MPS nº 464/2018, de 19 de novembro de 2018, dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do *deficit* atuarial.

O Poder Executivo encaminhou o Relatório de Avaliação Atuarial anual referente a Regime Próprio de Previdência Social relativo ao exercício de 2020, inserto às fls. 831/892, que aponta um *deficit* atuarial. Não obstante, foi encaminhada declaração (fl. 893) com discriminação das medidas adotadas para o equacionamento do *deficit* indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2017, acompanhada de comprovação do respectivo Plano de Amortização – Lei n.º 3013/2017, de 14/12/2017, sendo posteriormente revisado pelo Decreto n.º 08, de 31/01/2019, às fls. 903/910.

Destarte, o Plano de Amortização do Município deverá ser revisto nas avaliações atuarias anuais por ato próprio do Chefe do Poder Executivo. Contudo, não consta dos autos declaração acerca das medidas adotadas para o equacionamento do *deficit* atuarial no exercício de 2020, tal fato será objeto de **ressalva e determinação**.

Cabe destacar, conforme assinalou a unidade técnica, o município encaminhou declaração (fl. 893) atestando a inexistência de outros Regimes Próprios de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas, ao analisar a situação previdenciária do município no que tange à avaliação atuarial, manifestou-se nos seguintes termos, em parecer datado de 11/08/2020:

“(…)

Como se vê, a instância técnica registra que o jurisdicionado encaminhou relatório de avaliação atuarial evidenciando déficit e declaração informando as medidas adotadas para o equacionamento do déficit constante no parecer atuarial do exercício de 2017. Além disso, o d. corpo instrutivo ressalta que não foi

encaminhada declaração contendo as medidas adotadas para o equacionamento do déficit atuarial no exercício de 2020, fato que foi objeto de **Ressalva e Determinação** em seu relatório, proposta que será acompanhada na conclusão deste parecer ministerial.

Com relação à última reforma da previdência, oriunda da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, destacamos, a seguir, duas alterações regradadas nos parágrafos 2º e 3º do art. 9º da referida EC que obrigatoriamente deveriam ter sido implementadas pelo RPPS municipal e que, por isso, devem fazer parte do escopo de análise desta prestação de contas.

Art. 9º Até que entre em vigor lei complementar que discipline o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, aplicam-se aos regimes próprios de previdência social o disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e o disposto neste artigo.

(...)

§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

(...)

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

(...)

Art. 11. Até que entre em vigor lei que altere a alíquota da contribuição previdenciária de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, esta será de 14 (quatorze por cento).

(...)

Art. 36. Esta Emenda Constitucional entra em vigor:

I - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de publicação desta Emenda Constitucional, quanto ao disposto nos arts. 11, 28 e 32;

II - para os regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quanto à alteração promovida pelo art. 1º desta Emenda Constitucional no art. 149 da Constituição Federal e às revogações previstas na alínea "a" do inciso I e nos incisos III e IV do art. 35, na data de publicação de lei de iniciativa privativa do respectivo Poder Executivo que as refere integralmente;

III - nos demais casos, na data de sua publicação. (grifos nossos)

1 – A partir de 13 de novembro de 2019, data da publicação da EC nº 103/2019, os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios somente poderão custear despesas com aposentadorias e pensões por morte;

2 - Os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios que possuam déficit atuarial a ser equacionado devem estabelecer, até 01.03.2020, alíquota de contribuição que não seja inferior à da contribuição dos servidores da União.

Sobre o assunto, em sessão de 29.07.2020, nos autos do Processo TCE-RJ nº 100.739-2/20, o Plenário desta Corte proferiu decisão pela aprovação da “*Nota Técnica nº 3*” dispondo sobre orientações aos entes jurisdicionados acerca da repercussão da EC nº 103/19 nos RPPS do Estado e dos Municípios fluminenses, bem como determinou a Expedição de Ofícios a todos os Chefes do Poder Executivo dos entes federativos sujeitos à jurisdição deste Tribunal que possuem RPPS e aos responsáveis pelos Fundos ou Institutos de Previdência, para que tomassem ciência do inteiro teor da referida Nota Técnica.

A aludida nota Técnica (parcialmente reproduzida a seguir), além de esclarecer os prazos para a adequação do RPPS à EC 103/2019, **alertou que o uso indevido de recursos previdenciários para pagamento de benefícios que não sejam de concessão de aposentadorias e de pensões por morte poderá ter reflexo negativo no exame das Prestações de Contas de Governo:**

1. A partir de 13 de novembro de 2019, data da publicação da EC nº 103/2019, os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios somente poderão custear despesas com aposentadorias e pensões por morte, restando VEDADO o pagamento, com recursos previdenciários, de quaisquer outros benefícios, ainda que previstos na legislação local em vigor (artigo 9º, §§ 2º e 3º da EC nº 103/2019);

2. As despesas com afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio-doença) e o salário-maternidade deverão ficar a cargo do tesouro do ente federativo (artigo 9º, §§ 2º e 3º da EC nº 103/2019);

3. É VEDADO o pagamento de salário-família e de auxílio-reclusão com recursos previdenciários e sua permanência como benefício assistencial do servidor, de responsabilidade do empregador, depende de especificação em legislação local (artigo 9º, § 2º e art. 27 da EC nº 103/2019);

(...)

*6. A utilização de recursos previdenciários no pagamento de despesas com benefícios de que tratam os itens 2 e 3 ou de quaisquer outros eventualmente previstos na legislação local como de responsabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social, **poderá caracterizar utilização indevida de recursos previdenciários com reflexo negativo nas Prestações de Contas de Governo e de Gestão dos Fundos ou Institutos de Previdência, inclusive quanto à imputação do débito correspondente, conforme o caso;***

(...)

11. O ente federativo, mediante lei de iniciativa dos respectivos chefes do Executivo, deverá promover a adequação das alíquotas de contribuição previdenciária, sob pena de DESCUMPRIMENTO das normas previstas no artigo 9º da EC nº 103/2019, sendo VEDADO o estabelecimento pelo ente de alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União (14%), salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS (artigo 9º, § 4º da EC nº 103/2019);

12. De acordo com os preceitos da EC nº 103/2019 e da Nota Técnica SEI nº 12.212/2019/ME a vigência da alíquota de contribuição previdenciária será exigida no âmbito dos RPPS a partir de 01.03.20 e esse dever de majorar a alíquota de contribuição do segurado também se estende à majoração da alíquota do ente, por meio de lei, já que a contribuição do ente não poderá ser inferior ao valor da contribuição do segurado nem superior ao dobro desta, consoante o artigo 2º da Lei nº 9.717/98 (artigo 11 c/c o artigo 36, I, da EC nº 103/2019); (Grifos nossos)

Vale mencionar, ainda, que na sessão plenária de 13.05.2020 - nos autos da Consulta formulada pelo Gestor do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Armação dos Búzios (processo TCE-RJ nº 244.015-8/19) - este TCE-RJ já havia se manifestado no mesmo sentido da Nota Técnica nº 3/2020, no tocante aos os prazos de entrada em vigor do preceituado nos parágrafos 2º e 4º do art. 9º da EC nº 103/2019:

a. Diante do disposto no artigo 9º, §§2º e 3º, da Emenda Constitucional n.º103, de 12 de novembro de 2019, o auxílio-doença, o salário-maternidade, o auxílio-reclusão e o salário-família não são considerados benefícios previdenciários, de modo que devem ser pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do Regime Próprio de Previdência Social ao qual o servidor se vincula;

b. Nos termos do artigo 36, inciso III, c/c artigo 9º, §3º, todos da Emenda Constitucional n.º103/2019, o auxílio-doença, o salário-maternidade, o auxílio-reclusão e o salário-família devem ser custeados diretamente pelo ente federativo a partir de 13/11/2019, dia da publicação da sobredita Emenda Constitucional no Diário Oficial da União. A data de 31/07/2020, mencionada na Portaria SEPRT/ME n.º1.348, de 03 de dezembro de 2019, não tem o condão de modificar a vigência do artigo 9º, §3º, da Emenda Constitucional n.º103/2019, vez que se refere ao cumprimento do citado dispositivo apenas para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;

c. Em razão de o auxílio-doença e de o salário-maternidade não mais serem considerados benefícios previdenciários, o custeio das despesas de eventuais perícias que sejam necessárias ao seu reconhecimento não deve ficar a cargo do RPPS, mas sim do ente político.

Entretanto, não há obrigatoriedade de modificação da estrutura administrativa, seja da unidade gestora do RPPS, seja do ente público, bastando ficar determinado que devem ser utilizados recursos do Tesouro para o correlato custeio, e não da Taxa de Administração devida à unidade gestora do RPPS;

d. Nos termos dos artigos 9º, §4º, 11 e 36, inciso I, todos da Emenda Constitucional n.º103/2019, as entidades subnacionais que possuam déficit atuarial a ser equacionado devem estabelecer alíquota de contribuição que não seja inferior à da contribuição dos servidores da União até 01/03/2020. A data de 31/07/2020, mencionada na Portaria n.º1.348/2019, repita-se, não tem o condão de modificar a vigência do artigo 11, da Emenda Constitucional n.º103/2019, vez que se refere ao cumprimento do aludido dispositivo apenas para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP; Grifos nossos

No caso do Município de Valença, o d. corpo técnico não faz menção se houve a adequação ou não à Emenda Constitucional nº 103/19.

Nesse sentido, é medida que se impõe a DETERMINAÇÃO ao corpo técnico deste TCE-RJ para que verifique o cumprimento das regras impostas pela EC nº 103/19, quanto à obrigatoriedade de, a partir de 13.11.2019 (data da publicação da referida EC), os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios somente poderão custear despesas com aposentadorias e pensões por morte, e os que possuem déficit atuarial a ser equacionado estabelecerem, até 01.03.2020, alíquota de contribuição que não seja inferior à da contribuição dos servidores da União (14%).”

Merece acolhimento a determinação sugerida pelo douto Ministério Público de Contas para que a Secretaria Geral de Controle Externo verifique o cumprimento das regras impostas pela Emenda Constitucional n.º 103/2019.

5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

5.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a Receita Corrente Líquida possui como objetivo principal servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Os limites foram estabelecidos em parte pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em parte por Resoluções do Senado Federal.

A Receita Corrente Líquida – RCL constitui a base de cálculo para a apuração dos limites legais de endividamento e gastos com pessoal. No quadro a seguir, registram-se os valores extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, referentes aos períodos de apuração dos limites:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL				
Descrição	3º quadrimestre/19	2020		
		1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor - R\$	215.281.154,84	243.644.044,40	254.216.115,00	272.924.466,50

Fonte: prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20 e processos TCE-RJ n.ºs 216.099-7/20, 227.879-4/20 e 204.993-3/21 - RGF – 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020.

5.2 DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com a Resolução nº 40/01 do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, sob pena de o ente ter

que se sujeitar às disposições do art. 31³ da Lei de Responsabilidade Fiscal. A situação do Município com relação à dívida está demonstrada na tabela a seguir:

Especificação	2019	2020		
	3º quadrimestre	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor da dívida consolidada	118.211.477,80	115.585.553,80	114.618.474,80	120.811.177,90
Valor da dívida consolidada líquida	102.138.482,10	82.472.067,40	79.407.805,40	86.420.412,60
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	47,44%	33,85%	31,24%	31,66%

Fonte: prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ n.º 211.083-3/2020 e processo TCE-RJ n.º 204.993-3/2021, RGF – 3º quadrimestre de 2020 e retificador do RGF do 3º quadrimestre.

Conforme verificado, tanto no exercício anterior, como em todos os quadrimestres de 2020, o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução n.º 40/01 do Senado Federal – 120% da RCL – foi respeitado pelo município.

No entanto, cabe salientar o informado pela unidade técnica acerca deste tópico, em relatório datado de 19/07/2021, que a seguir reproduzo:

“Destaca-se que na Demonstração da Dívida Fundada Consolidada – Anexo 16, às fls. 438, o registro da dívida consolidada do Município perfaz o montante de R\$ 183.005.414,08, evidenciando a existência de valores não lançados no Demonstrativo da Dívida Consolidada – Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2020, portanto, causando distorção no percentual da dívida consolidada líquida apontado.

Considerando, então, o referido valor e o montante da dedução consignado no próprio anexo 2 do RGF (R\$29.391.548,10), o valor da dívida consolidada líquida atingiria o montante de R\$ 153.613.865,98, correspondendo a 56,28% em relação à RCL (R\$ 272.954.466,50), estando, ainda, dentro do limite legal estabelecido pela Resolução n.º 40/01 do Senado Federal.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 9.**”

Diante da disparidade consignada pela instância técnica, será apontada **ressalva**, com **determinação**, em razão da divergência do saldo constante do Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2020 em confronto com o saldo apresentado no Anexo 16 da Lei 4.320/64,

3 Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias;

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

divergência essa, contudo, que não repercute na conclusão quanto ao cumprimento do limite da dívida consolidada líquida.

5.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

De acordo com o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, é vedada, com algumas exceções, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

A Resolução nº 43/01 do Senado Federal, por sua vez, determina que a contratação de operações de crédito interna e externa dos Municípios deverá respeitar os seguintes limites:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;

II - o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

(...)”

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2020, constata-se que o município não realizou operações de crédito no exercício.

5.3.1 OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (ARO)

O município **não realizou** operações de crédito por antecipação de receita no exercício.

5.4 CONCESSÃO DE GARANTIA

O Município **não concedeu** garantia em operações de crédito interna/externa.

5.5 ALIENAÇÃO DE ATIVOS

O Município **não realizou** alienação de ativos no exercício.

5.6 GASTOS COM PESSOAL

Nos termos do inciso III, *b*, do artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, o limite para despesas com pessoal do Poder Executivo corresponde a **54%** do valor da Receita Corrente Líquida – RCL. O Município apresentou os seguintes percentuais:

Descrição	2019				2020					
	1º quadr.	2º quadr.	3º quadrimestre		1º quadrimestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre	
	%	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Poder Executivo	43,00%	44,13%	93.532.983,07	43,45%	96.001.107,23	39,40%	102.342.746,15	40,26%	104.914.596,58	38,44%

Fonte: Prestação de Contas de Governo de 2019 - processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20, e processos TCE-RJ n.ºs 216.099-7/2020, 227.879-4/2020 e 204.993-3/2021 - RGF – 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020.

Diante do exposto, constata-se que o Poder Executivo **respeitou** em todos os quadrimestres de 2020, o limite estabelecido na alínea “*b*”, inciso III, artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

5.6.1 DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 DIAS DO MANDATO

Conforme prevê o artigo 21 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, alterado pela Lei Complementar Federal n.º 173/2020, são nulos de pleno direito os atos de que resultem aumento de despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de mandato do Chefe de Poder ou que prevejam parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato.

De acordo com a declaração subscrita pela Procuradoria Geral do Município apresentada às fls. 962/963, não foram expedidos atos dessa natureza.

Dessa forma e segundo documentação apresentada, entende-se que não houve o descumprimento do artigo 21 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, alterado pela Lei Complementar Federal n.º 173/2020.

5.7 OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO - ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Com objetivo de garantir o equilíbrio das finanças públicas e a responsabilidade na gestão fiscal, a Lei Complementar Federal n.º 101/00 estabeleceu normas de transição de término de mandato dos titulares dos Poderes, com destaque à disposta no artigo 42 do citado diploma legal,

que, em seu *caput*, prevê vedações à assunção de obrigação de despesas que onerem o orçamento da administração pública, conforme transcrito a seguir:

“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.”

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 instituiu, no âmbito estadual e municipal, o módulo “Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS), a fim de viabilizar o encaminhamento dos elementos pertinentes à análise do cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Município encaminhou tempestivamente os dados relativos ao citado módulo.

A “Metodologia Utilizada na Análise do Artigo 42 da LRF”, elaborada pelo Corpo Instrutivo, encontra-se especificada/detalhada às fls. 1186/1200.

5.7.1 CONTRATOS FORMALIZADOS

O valor total dos contratos formalizados a partir de 01/05/2020 foi de **R\$ 7.680.194,01**, dos quais **R\$ 102.421,73** foram empenhados. Contudo, verifica-se que o montante de **R\$ 132.027,41**, refere-se a despesas consideradas no cômputo do “total das obrigações contraídas” na avaliação final do artigo 42 da LRF.

5.7.2 RESTOS A PAGAR DE EMPENHOS EMITIDOS APÓS 01/05/20

Os restos a pagar de empenhos emitidos após 01/05/2020 constituem-se da inscrição do valor total de RP Processado de **R\$ 9.298.905,37** e RP Não Processados de **R\$ 5.298.839,01**, sendo o montante de **R\$ 6.373.804,44** considerado no cômputo do “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumpre salientar que, o montante de R\$ 104.328,11, registrado na planilha complementar “RP’s COVID 19” (fls. 1304/1306), referente a inscrição em restos a pagar de despesas realizadas em ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal n.º 06/2020, não foi considerado no cômputo do “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, amparado

no inciso II, § 1º do art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, incluído pela Lei Complementar Federal nº 173/2020.

5.7.3 DESPESAS REALIZADAS NÃO INSCRITAS EM RP

Não houve registro de despesas realizadas, empenhadas ou não, que deixaram de ser inscritas em restos a pagar.

5.7.4 RECONHECIMENTO/CONFISSÃO DE DÍVIDAS

Não houve registros de atos e/ou termos de reconhecimento ou confissão de dívida, ajuste de contas ou similares, referentes às despesas que não foram processadas em época própria, integralmente pagas, empenhadas ou informadas pelo município.

5.7.5 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Verifica-se que o município deixou de registrar as disponibilidades financeiras no Sistema SIGFIS/Del. 248, pois encontram-se as mesmas zeradas.

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/12/2020 - QUADRO I	
Natureza	Valor - R\$
(A) Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado	116.036.430,63
(B) Regime Próprio de Previdência	65.945.043,36
(C) Câmara Municipal	0,00
(D) Convênios (conforme dados do Sistema SIGFIS/Del.248)	0,00
(E) Total das Disponibilidades registradas pela Contabilidade Ajustada (A-B-C-D)	50.091.387,27
(F) Total das Disponibilidades registradas no SIGFIS-Del. 248	0,00
(G) Diferença (E-F)	50.091.387,27

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 431/432, Balanço Patrimonial da Câmara, fl. 573, Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência, fl. 588, Relatório de Disponibilidades de Convênios extraído do SIGFIS (os saldos de convênios são excluídos pela Del. 248), fl. 1308 e Planilha do SIGFIS/Del. 248 fl. 1229.

A ausência de registro das disponibilidades financeiras no Sistema SIGFIS/Del. 248 será alvo de **ressalva**, com consequente **determinação**.

Será utilizado na análise o valor apurado ajustado com base nos dados da contabilidade da Prefeitura Municipal – **R\$ 50.091.387,27**, uma vez que se preza, sempre que possível, pela utilização das informações contábeis como base principal para a análise dos resultados apurados nas Prestações de Contas.

5.7.6 ENCARGOS E DESPESAS COMPROMISSADAS A PAGAR

Comparando-se os valores registrados no demonstrativo contábil – Balanço Patrimonial com os dados lançados pelo município no Sistema SIGFIS/Del. 248, constata-se uma **diferença de R\$ 8.368.307,24**, como segue:

ENCARGOS E DESPESAS COMPROMISSADAS A PAGAR EM 31/12/2020 - QUADRO II	
Natureza	Valor - R\$
(A) Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado	30.232.861,72
(B) Regime Próprio de Previdência	54.384,62
(C) Câmara Municipal	0,00
(D) Convênios (conforme dados do Sistema SIGFIS/Del.248)	32.336,99
(E) Despesas para o Enfrentamento da COVID-19 - LCF 173/20	104.328,11
(F) Restos a Pagar a Partir de 01/05/2020	6.373.804,44
(G) Total dos Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar registradas pela Contabilidade Ajustado (A-B-C-D-E-F)	23.668.007,56
(H) Total dos Encargos e Despesas Compromissados a Pagar registradas no SIGFIS-Del. 248	32.036.314,80
(I) Diferença (G-H)	-8.368.307,24

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 431/432, Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 573, Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência, fl. 588, Relatório de Passivos de Convênios extraído do SIGFIS (os saldos de convênios são excluídos pela Del. 248), fl. 1308, Planilha do SIGFIS/Del.248 de Restos a Pagar de Empenhos Partir de 01/05/20, fls. 1232/1303, Planilha Complementar RPs Covid-19, fls. 1304/1306, e Planilha de Encargos de Despesas Compromissadas a Pagar, fls. 1231.

Nota 1: No valor consignado na linha (A) - Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado foram considerados os valores dos depósitos (R\$ 6.691.366,64), dos restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores (R\$ 23.380.879,93) e do serviço da dívida a pagar (R\$ 160.615,15) evidenciados no anexo 17 da Lei n.º 4.320/64 Consolidado (fls. 439/442), incluído nesse último o montante de R\$ 541,71 referente à rubrica de Outros Financiamentos Internos – Secretaria de Estado de Fazenda RJ, conforme consta do Balancete Contábil Analítico Consolidado às fls. 452.

Nota 2: O valor consignado na linha (E) – Despesas para o Enfrentamento do Covid-19, não considerou aquelas custeadas por convênios, conforme verifica-se na Planilha “RPs Covid 19”, para evitar a duplicidade de exclusão de obrigações não consideradas no cômputo.

Conforme esclareceu o Corpo Técnico, foi utilizado na análise o valor apurado *ajustado* com base nos dados da contabilidade da Prefeitura Municipal – **R\$ 23.668.007,56**, uma vez que se optou pela utilização, sempre que possível, das informações contábeis como base principal para análise dos resultados apurados nas Prestações de Contas.

A divergência de R\$ 8.368.307,24, será considerada como **ressalva** e ensejará **determinação**.

É apurado a seguir o resultado das disponibilidades financeiras em 31/12/2020, onde se constata uma **suficiência financeira na ordem de R\$ 19.917.547,86**, a saber:

Total das Disponibilidades Financeiras em 31/12/2020	Total dos Encargos e das Despesas Compromissadas a Pagar em 31/12/2020	Disponibilidade de Caixa 31/12/2020
(A)	(B)	C = (A-B)

50.091.387,27	23.668.007,56	26.423.379,71
Total das Disponibilidades de Caixa em 31/12/2020	Total das Obrigações de Despesa Contraídas	Insuficiência de Caixa - 31/12/2020 – Art. 42 LRF
(C)	(D)	E = (C-D)
26.423.379,71	6.505.831,85	19.917.547,86

Fonte: item (A) Disponibilidades Financeiras Apuradas - Quadro I, item (B) Encargos e Despesas a Pagar Apurados – Quadro II, item (D) Planilha de avaliação do artigo 42, fls. 871.

NOTA: composição dos valores do item "D"			
Descrição	Valor - R\$	Valor Total - R\$	Planilhas Del. 248
Total das Obrigações de Despesas Contraídas		6.505.831,85	Todas as planilhas constam em anexo (fls. 1221/1307)
Contratos Formalizados a partir de 01/05	132.027,41		
Restos a Pagar a partir de 01/05/16, considerados como despesas para efeito do artigo 42	6.373.804,44		
Despesas Não Inscritas em Restos a Pagar	0,00		
Dívidas Reconhecidas	0,00		

Conforme o demonstrado, o Poder Executivo do Município **observou** o estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/00, fato considerado pelo Corpo Técnico como **regularidade**.

5.7.7 MUDANÇA DE METODOLOGIA DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 42 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00

A metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/00 aplicada por este Tribunal de Contas, até então, considerava os valores referentes às disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma global, sendo os montantes consolidados, independentemente das características das fontes de recursos com as quais guardam vinculação, expurgando, tão somente, os valores relativos aos convênios firmados e ao Regime Próprio de Previdência dos servidores, por possuírem destinação específica.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 8º, dispõe que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação. Dessa forma, ao se apurar as disponibilidades de caixa que deverão suportar as

obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do final de mandato, faz-se necessário que se observe a vinculação dos recursos, a fim de dar cumprimento ao disposto no referido artigo.

Dessa forma, é imperioso que se promova a alteração da metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42, de modo que se observem as disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, uma vez que nos exercícios pretéritos foi adotado o critério de apuração de forma global e consolidada, expurgando somente os montantes referentes a convênios e previdência.

A mudança na metodologia, para efeitos de emissão de parecer prévio em contas de governo, deve ser levada a efeito no exercício referente ao final de mandato do atual chefe do Poder Executivo municipal, ou seja, nas Contas de Governo do exercício de 2024, encaminhadas a este Tribunal em 2025, sendo, da mesma forma, aplicada na análise das prestações de contas anuais de gestão do exercício de 2024 do titular do Poder Legislativo, conferindo, dessa forma, um prazo razoável para que os gestores se adequem à nova metodologia.

Desse modo e na linha defendida pela instância técnica, se impõe a comunicação ao atual Prefeito Municipal a fim de que seja informado da alteração da metodologia de apuração do cumprimento ao disposto no artigo 42 da LRF, de modo a que passe a considerar as disponibilidades de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

6.1 GASTOS COM EDUCAÇÃO

Em razão do disposto no artigo 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do total da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

O Corpo Instrutivo, em seu relatório de 19/07/2021, faz as seguintes ponderações acerca dos aspectos que deverão ser observados na apuração do atendimento ao limite mínimo de gastos com educação:

“(…)

a) as despesas com alimentação custeadas pelo município com recursos próprios serão consideradas para fins de apuração do limite com educação, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 261.276-8/01;

b) as despesas com auxílio-alimentação ou denominação similar, assim como qualquer outra verba de caráter indenizatória, concedidas aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, sob regime estatutário, poderão ser custeados tão somente com a parcela dos 40% dos recursos do FUNDEB, desde que tais despesas atendam às diretrizes do artigo 70 da Lei nº 9.394/96, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 219.129-2/18;

c) as despesas com aquisição de uniformes e afins, custeadas pelo Município, ainda que distribuídos indistintamente a todos os alunos, serão consideradas despesas de natureza assistencial, razão pela qual não poderão ser consideradas no cálculo da base de cálculo do limite mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento), consignado no art. 212 da Constituição Federal, assim como não poderão ser financiadas com recursos do FUNDEB, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 219.129-2/18; e

d) serão consideradas somente as despesas efetivamente pagas no exercício, de modo a interpretar a expressão “despesas realizadas” constante do art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 como as despesas públicas efetivadas após o cumprimento das três etapas previstas na Lei Federal nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 100.797-7/18;”

Quanto ao mecanismo de verificação da adequação das despesas ao disposto nos arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, o Corpo Instrutivo apresentou os seguintes apontamentos:

“A verificação da adequação das despesas aos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96 foi efetuada por meio de técnica de amostragem, na qual foi apurado 97,63% do valor total das despesas com educação empenhadas com recursos próprios e Fundeb registradas no banco de dados fornecido pelo próprio município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta no Relatório Analítico Educação às fls. 1126/1147.

Na análise, foram identificadas as seguintes situações:

a) despesa que não deve ser considerada na apuração do cumprimento do limite da educação, uma vez que destinado ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Governo Federal, regido pela Lei Federal n.º 11.947/09:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
-----------------	----------------	-----------	--------	-----------	------------------	-----------------------	------------------

19/06/2020	2866	PCS:74/2020 SERVIÇO DE REGISTRO DA UEX (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, CONSELHOS ESCOLARES ETC) E ATA DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO EE ELEIÇÃO E POSSE CONFORME MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA USO DO CARTÃO PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA).	CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	37.639,88	11.641,20
TOTAL						37.639,88	11.641,20

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1129/1147.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 10.**

b) gastos realizados com recursos oriundos da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, conforme previsto na Lei Federal n.º 12.858/2013:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
25/09/20	4134	MEMO:391/DRH/2020 PAGTO. REALIZADO COM RECURSO ORIUNDO DOS REPASSES DO CAMPO DE MERO. CONF. CUMPRIMENTO À LEI 12.858/2013, ART.2, PARÁGRAFO 3º. PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE SETEMBRO DE 2020.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	235.781,05	235.781,05
TOTAL						235.781,05	235.781,05

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 11.**

c) gastos que não pertencem ao exercício de 2020, em desacordo com artigo 212 da Constituição Federal c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/00:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
-----------------	----------------	-----------	--------	-----------	------------------	-----------------------	------------------

06/01/2020	2	MEMO:681/DRH/19 PAGTO. DE PESSOAL ESTATUTÁRIO E CELETISTA, SEC. MUNC. DE EDUCAÇÃO, FUNDEB 60%, REF. A DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	198.303,36	198.303,36
06/01/2020	108	MEMO:682/DRH/2019 PAGTO. DE PESSOAL ESTATUTÁRIO E CELETISTA DESTA PREFEITURA, PERTECENTES A SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO- FUNDEB 40%, REF. A FOLHA DE PAGAMENTO DO MES DE DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	1.100.000,00	1.100.000,00
10/01/2020	180	MEMO:680/DHR/2019 PAGTO. PESSOAL ESTATUTÁRIO CELETISTA E CARGO COMISSIONADO, R.P, REFERENTE A DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	52.012,22	52.012,22
10/01/2020	182	MEMO:680/DHR/2019 PAGTO. PESSOAL ESTATUTÁRIO CELETISTA E CARGO COMISSIONADO, R.P, REFERENTE A DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	51.697,98	51.697,98
15/01/2020	283	OFICIO Nº588/2019 INSTITUTO MUN. DE PREVID. SOCIAL DOS SERVIDORES PUB. DE VALENÇA CNPJ- Nº11.463.902/0001- 80 PAGTO. DAS GUIAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS PATRONAIS, REF AO 13º SALARIO DE 2019.	INSTITUTO MUN. PREV. SOC. DOS SERV. PU	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	203.283,26	203.283,26
10/02/2020	991	OFICIO: 14/2020 PAGTO, AS GUIAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS PATRONAIS, REF AO MES DE DEZEMBRO/2019	INSTITUTO MUN. PREV. SOC. DOS SERV. PU	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	168.818,35	168.818,35
10/02/2020	992	OFICIO: 14/2020 PAGTO, AS GUIAS DE	INSTITUTO MUN.	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	202.588,27	202.588,27

		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS PATRONAIS, REF AO MES DE DEZEMBRO/2019	PREV. SOC. DOS SERV. PU				
TOTAL						1.976.703,44	1.976.703,44

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 12.**”

Os fatos apontados acima serão considerados ressalva e determinação.

A base de cálculo para apuração do percentual dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino – correspondente ao total das receitas dos impostos e transferências legais - foi da ordem de **R\$ 102.972.875,46**, conforme consta do relatório do Corpo Instrutivo à fl. 1358.

A tabela abaixo demonstra o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino⁴:

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidades de Ensino	Subfunção	Despesa Paga R\$
Ensino fundamental	361 – Ensino fundamental	10.908.272,96
Educação infantil	365 – Ensino infantil	103.844,55
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 – Educação jovens e adultos	18.303,58
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 – Educação especial	6.703,45
Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 – Administração	0,00
	306 – Alimentação	0,00
	Demais subfunções	0,00
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções		
(a) Subtotal das despesas com ensino da fonte Impostos e Transferência de Impostos		11.037.124,54

FONTE DE RECURSOS: FUNDEB	
Descrição	Despesa Paga R\$
(b) Despesas realizadas com ensino da fonte FUNDEB	35.264.773,22

⁴ Ressalta-se que a metodologia de apuração do cumprimento do limite mínimo constitucional, referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, mudou neste exercício, na forma já alertada ao município em Prestações de Contas do Governo de exercícios anteriores, sendo consideradas as despesas efetivamente pagas, acrescida do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb.

Apuração do mínimo constitucional de aplicação em MDE

(c) Total das despesas com ensino (a + b)	46.301.897,76
(d) Ganho de Recursos FUNDEB	21.964.729,10
(e) Total das despesas registradas como gasto em educação (c - d)	24.337.168,66
(f) Dedução do Sigfis/BO (fonte: impostos e transferência de imposto e fundeb)	2.224.125,69
(g) Cancelamento de restos a pagar dos exercícios anteriores	0,00
(h) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (e - f - g)	22.113.042,97
(i) Receita resultante de impostos	102.972.875,46
(j) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (N/Ox100)	21,47%

Fonte: Quadro C.3 e Demonstrativos Contábeis – fls. 1106/111 , Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337, Documento de Cancelamentos de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – fl. 622 (declaração de inexistência), Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147 e Quadro D.2 - Balancete na fonte "FUNDEB" – fl. 1112.

Nota 1 (linha d): Após apuração do Fundeb para o exercício, verifica-se que o município teve um ganho líquido no valor de R\$21.964.729,10 (transferência recebida R\$38.095.171,87 e contribuição R\$16.130.442,77).

Nota 2: Na linha f foram registradas despesas não consideradas no cálculo do limite, conforme verificado no SIGFIS e abordado no item '5.3.1 – Da verificação do enquadramento das despesas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/96'.

Nota 3: Conforme se verifica nos demonstrativos contábeis apresentados, o município não aplica recursos em ensino médio – subfunção 362. Logo, pode-se aferir que as despesas com a educação especial e de jovens e adultos correspondem à educação básica, motivo pelo qual foram incluídas na base de cálculo do limite da educação apresentado no quadro anterior

O Município **aplicou** o percentual de **21,47%** na manutenção e no desenvolvimento do ensino, **em descumprimento** ao artigo 212 da Constituição Federal e ao artigo 169 da Lei Orgânica do Município (25%).

O Corpo técnico em relação ao descumprimento da aplicação do percentual mínimo em educação (25%), se posicionou em consignar ressalva e determinação, face o agravamento da pandemia oriunda do COVID-19, em relatório datado de 19/07/2021, a seguir transcrito:

“(…)

O não cumprimento da aplicação mínima estabelecida configuraria objeto de Irregularidade. Entretanto, o agravamento da pandemia do Covid-19 no país provocou diversas suspensões de atividades, incluindo as aulas presenciais em toda a rede municipal de ensino durante grande parte do exercício de 2020, interrupção de investimentos e manutenções diversos na área do ensino público, suspensão de fornecimento de merenda escolar, ou seja, ocorreu, consequentemente, queda no dispêndio público na educação, prejudicando sobremaneira o atingimento do índice constitucional. Contudo, tal redução do gasto público deve ser entendida no sentido de preservação, e não desperdício, em virtude do necessário enfrentamento da pandemia em outras frentes que se fizeram e ainda se fazem necessárias com a urgência que o caso requer, sendo assim, entende-se que, in casu, o não cumprimento do índice previsto no art. 212 da Constituição Federal possa ser excepcionalmente tratado como ressalva.

Isto posto, e constatando que o município aplicou 21,47% das receitas de impostos e transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, tal fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 13.**”

O Ministério Público de Contas, em concordância com a instrução técnica, verifica que a desobediência ao disposto no art. 212 da CRFB/88 no exercício de 2020 é fato ensejador de ressalva e determinação. Não obstante, em acréscimo à proposta do Corpo Instrutivo, registra que o valor de R\$3.630.175,88 que o Município deixou de aplicar no presente exercício deverá ser aplicado pelo no exercício de 2021, conforme determina o art. 4º, § 4º, da Lei Federal n.º 7.348/85 e em consonância com a posição adotada por esta Corte de Contas no GERJ dos exercícios financeiros de 2018 a 2020. Eis o teor do referido dispositivo legal:

“Art. 4º (...)

(...)

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não-atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas no último trimestre do exercício e, ainda havendo ao seu término diferença, esta será compensada no exercício seguinte.”

Desta feita, inclui em seu parecer **determinação** ao atual Prefeito municipal para que aplique, adicionalmente, em 2021, em manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor que deixou de ser aplicado no exercício de 2020.

Com base no entendimento fixado pelo Plenário desta Corte nas contas do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2020, tal fato deve ser motivo de ressalva e determinação, sem prejuízo da expedição de determinação ao atual Gestor da Prefeitura Municipal para que aplique em 2021 o saldo (R\$3.630.175,88) que deixou de ser aplicado em 2020.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, dispõe em seu § 5º do artigo 69 que o repasse dos 25% da receita resultante de impostos e transferências de impostos, a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, deverá ocorrer imediatamente do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao órgão responsável pela educação.

O artigo 69 da LDB estabelece uma série de regras e prazos para transferência dos recursos arrecadados ao órgão responsável pela educação, bem como sanções e responsabilização pelo atraso. Com isso, se impõe a abertura de conta específica, distinta daquela em que se encontram os recursos do Tesouro, para implementação de tais regras.

Conforme informado pela especializada, o município encaminhou as informações sobre os gastos com educação indicando como recursos utilizados a fonte “próprios”. No entanto, o

município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com educação para fins de limite constitucional apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte “próprios” pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos. Tal fato será alvo de **ressalva e determinação**.

De acordo com a documentação apresentada pelo jurisdicionado às fls. 623/642, verifica-se que o município **cumpriu** as regras estabelecidas no §5º do artigo 69 da LDB.

6.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi instituído por meio da Lei Federal n.º 11.494, de 20/07/2007, com natureza contábil e formado pela contribuição de recursos do Estado e dos Municípios, com complementação da União, quando necessário.

Como bem salientado pelo Corpo Instrutivo, em 2020 ocorreram duas significativas mudanças na legislação no que diz respeito ao Fundeb, notadamente em função da Emenda Constitucional n.º 108, de 26/08/2020 e da edição da Lei Federal nº 14.113, de 25/12/2020, esta que revogou quase que integralmente a Lei Federal n.º 11.494/07, com efeitos a partir de 01/01/2021.

No exercício de 2020 o Município registrou como total das receitas do Fundeb o valor de R\$38.098.235,67, correspondente aos recursos repassados, acrescidos do valor das aplicações financeiras:

RECEITAS DO FUNDEB	
Natureza	Valor - R\$
Transferências multigovernamentais	37.781.310,36
Aplicação financeira	3.063,80
Complementação financeira da União	313.861,51
Total das Receitas do Fundeb	38.098.235,67

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337

No caso específico dos municípios, a contribuição, de caráter compulsório, é formada pela dedução de 20% (vinte por cento) das receitas de transferências do FPM, ICMS, IPI Exp., ICMS Des., IPVA e ITR.

Do resultado entre as transferências recebidas do Fundeb e o valor da contribuição efetuada pelo Município ao Fundeb – decorrente da dedução de 20% acima descrita-, apura-se **um ganho** da ordem de R\$21.964.729,10, conforme apontado pelo Corpo Instrutivo no quadro a seguir reproduzido:

RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	
Descrição	R\$
Valor das transferências recebidas do Fundeb	38.095.171,87
Valor da contribuição efetuada pelo município ao Fundeb	16.130.442,77
Diferença (ganho de recursos)	21.964.729,10

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337.

De acordo com o art. 22 da Lei Federal n.º 11.494/07, do montante dos recursos recebidos do Fundeb, acrescido das aplicações financeiras, os Municípios deverão aplicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério.

No quadro elaborado pela instrução, verifica-se que as despesas com a **remuneração dos profissionais do magistério** em efetivo exercício de suas atividades com recursos provenientes do Fundeb atingiram o montante de **R\$24.289.082,88**, que corresponde a **63,75%** dos recursos recebidos à conta do Fundo, de modo que houve o **cumprimento** do disposto no art. 22 da Lei Federal n.º 11.494/07.

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
(A) Total registrado como pagamento dos profissionais do magistério	24.289.082,88
(B) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais do magistério	0,00
(C) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores - magistério	0,00
(D) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais do magistério (A - B - C)	24.289.082,88
(E) Recursos recebidos do Fundeb	37.781.310,36
(F) Aplicações financeiras do Fundeb	3.063,80
(G) Complementação de recurso da União	313.861,51
(H) Total dos recursos do Fundeb (E + F + G)	38.098.235,67
(I) Percentual do Fundeb na remuneração do magistério do ensino básico (mínimo 60,00% - artigo 22 da Lei 11.494/07) (D/H)x100	63,75%

Fonte: Quadro D.1 – fls. 643, Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337 e Relação contendo os cancelamentos de Passivos Financeiros da Fonte Fundeb (Magistério) – fl. 710.

A redação original da Lei Federal n.º 11.494/07 estabelecia, em seu artigo 21, que os recursos do Fundeb seriam utilizados pelo Município no exercício financeiro em que lhes fossem

creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública. Dadas as eventuais dificuldades que porventura poderiam ocorrer no final do ano em função da proximidade do encerramento do exercício, o mesmo artigo da lei permitia, em seu §2º, que até 5% (cinco por cento) desses recursos fossem utilizados no 1º trimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

A despeito de o citado diploma legal haver sido revogado pela Lei Federal nº 14.113, de 25/12/2020, fato é que aquele possui aplicação às contas ora submetidas à apreciação, relativas ao exercício de 2020, conforme expressamente ressalvado no art. 53 da Lei Federal nº 14.113/2020.

A partir de 2021, contudo, 10% (dez por cento) dos recursos do Fundeb poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante a abertura de crédito adicional, nos moldes do art. 25, §3º, da Lei Federal nº 14.113/2020. Diante da alteração dessa metodologia, que será considerada por ocasião da análise da prestação de contas de governo do município do exercício de 2021, a ser encaminhada a esta Corte no exercício de 2022, revela-se pertinente a comunicação ao Prefeito quanto a tal alteração.

Com base nas informações contidas na prestação de contas de governo do exercício anterior (Processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20) verifica-se que a conta Fundeb registrou ao final do exercício de 2019 um *deficit* financeiro de R\$1.384.347,26, de acordo com o Balancete encaminhado pela Prefeitura naquele processo.

O *deficit* financeiro apurado no exercício anterior indica que o município empenhou despesas em exercícios anteriores em montante superior aos recursos recebidos, portanto, não há ajuste a ser feito na movimentação do Fundeb no presente exercício, face a ausência de *superavit* financeiro no exercício de 2019.

O cálculo do limite mínimo (95%) de aplicação das despesas empenhadas no exercício de 2020, será efetuado subtraindo aquele *superavit* das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício de 2020.

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB		
Descrição	Valor - R\$	
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício		38.095.171,87
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb		3.063,80
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício (A + B)		38.098.235,67

(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício	41.123.572,90	
(E) Superavit financeiro do Fundeb no exercício anterior	0,00	
(F) Despesas não consideradas	3.025.337,23	
i. Exercício anterior	0,00	
ii. Desvio de finalidade	0,00	
iii. Outras despesas	3.025.337,23	
(G) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	
(H) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (D - E - F - G)		38.098.235,67
(I) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (H/C)		100,00%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls.330/337, Quadro C.1 e Demonstrativos Contábeis – fls. 1104/1111, Documento de Cancelamentos de RP na fonte FUNDEB – fls. 709/710, Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147 e prestação de contas de governo de 2019 - processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20.

Nota 1 (item F.iii - Outras despesas): Referem-se a despesas empenhadas acima do valor total das receitas do Fundeb e custeadas com recursos de outras fontes;

Nota 2 (linha g): O jurisdicionado declara às fls. 709/710, que não foram realizados cancelamentos de passivos financeiros, incluindo restos a pagar, referentes à Fonte Fundeb ao longo do exercício de 2020. Não obstante, restou evidenciado na Relação de fls. 705, que houve cancelamentos de restos a pagar no exercício no total de 138.423,78. Cumpre destacar que o referido montante não será excluído do total das despesas consideradas como gastos do Fundeb, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite naqueles exercícios.

Apura-se que o Município utilizou, neste exercício, 100,00% dos recursos do Fundeb de 2020, em observância ao §2º do artigo 21 da Lei n.º 11.494/07.

O resultado financeiro para o exercício de 2021⁵ assim se demonstra (fl. 1370):

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO 2021	
Descrição	Valor - R\$
Deficit financeiro em 31/12/2019	-1.384.347,26
(+) Receita do Fundeb recebida em 2020	38.095.171,87
(+) Receita de aplicação financeira do Fundeb de 2020	3.063,80
(+) Ressarcimento efetuado à conta do Fundeb em 2020 (1)	1.496.831,79
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc) em 2020	0,00
(+) Cancelamento de passivo financeiro (RP, Outros) efetuados em 2020	138.423,78
= Total de recursos financeiros em 2020	38.349.143,98
(-) Despesas empenhadas do Fundeb em 2020	41.123.572,90
= Deficit Financeiro Apurado em 31/12/2020	-2.774.428,92

Fonte: Prestação de Contas de Governo de 2019 - Processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20, Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337, Quadro C.1 - fls. 1104, Quadro D.2 – fls. 1112 e documento de cancelamentos de passivos na fonte FUNDEB – fls. 705 e 709/710.

Nota 1: Refere-se a ressarcimento efetuado pela Prefeitura para a conta vinculada do Fundeb em 23.09.2020, conforme registrado na análise da Prestação de Contas de Governo do exercício de 2019 (fls. 2416/2417), objeto do Processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20, e extrato bancário acostado à fl. 681.

⁵ O resultado financeiro para o exercício seguinte, verificado em 31/12/2020, pode não representar exatamente a simples sobra entre receitas recebidas e despesas empenhadas, uma vez que outras movimentações porventura realizadas podem impactá-lo ao final do exercício, como ressarcimento financeiro creditado na conta do Fundeb, cancelamentos de passivos, etc

Nota 2: O jurisdicionado declara às fls. 709/710, que não foram realizados cancelamentos de passivos financeiros, incluindo restos a pagar, referentes à Fonte Fundeb ao longo do exercício de 2020. Não obstante, restou evidenciado na Relação de fls. 705, que houve cancelamentos de restos a pagar no exercício no total de R\$138.423,78.

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de 2021, apurado no quadro anterior – R\$2.774.428,92, diverge do valor registrado pelo município no Balancete Contábil de Verificação do Fundeb - Quadro D.2 (Ajustado) – R\$1.465.755,67 (fl. 1112), apontando uma diferença no montante de R\$1.308.673,25. Assim a Especializada consignou tal fato como **ressalva e determinação**.

O Corpo Instrutivo destaca que o valor do *deficit* financeiro evidenciado pela contabilidade da Prefeitura no montante de **R\$1.465.755,67** deverá ser ressarcido à conta do Fundeb para se resgatar o equilíbrio financeiro da conta.

Aduz a instrução que tal fato será objeto de comunicação ao responsável pelo Controle Interno do município, para que comprove, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o efetivo ressarcimento do recurso à conta do Fundeb, o qual não sendo atendido, desde já restará solicitada a autorização para a abertura de procedimento autônomo por esta Coordenadoria.

Deve ser acolhida a ressalva com a respectiva determinação apontada pela instância técnica, e, ainda, a comunicação ao atual responsável do controle interno.

O parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (anexado às fls. 711/712) sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos, concluiu pela regularidade com ressalvas (art. 24, c/c parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 11.494/07, aplicáveis às contas em exame, embora posteriormente revogados pela Lei Federal nº 14.113/2020).

6.3 DESPESAS COM SAÚDE

O art. 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 7º da Lei Complementar nº 141/12 estabeleceram, para os Municípios, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos e transferências para aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS).

Segundo a referida Lei Complementar, serão consideradas, para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, as despesas em ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei nº 8.080/90.

O art. 3º destaca as despesas em ações e serviços públicos de saúde que serão computadas para efeito de apuração da aplicação dos recursos mínimos, ao passo que o art. 4º estabelece aquelas que não serão computadas como despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Conforme ressaltado pelo Corpo Instrutivo, o Plenário desta Corte decidiu, em sessão de 28/08/2018, nos autos do Processo TCE-RJ nº 113.617-4/18, em resposta à consulta formulada perante esta Corte, que a partir das prestações de contas de governo do Estado do Rio de Janeiro e de todos os municípios jurisdicionados deste Tribunal, referentes ao exercício de 2019, a serem apresentadas em 2020, seriam consideradas, para fins de aferição do cumprimento do limite previsto no art. 198, §2º, II e §3º, I, da CRFB, c/c o art. 7º da LC nº141/12, as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os restos a pagar processados e não processados até o limite da disponibilidade de caixa.

Entretanto, diante de nova consulta (Processo TCERJ nº 106.738-5/19), o Plenário desta Corte decidiu, em sessão de 06/04/2020, que a aplicação da nova metodologia será considerada a partir das prestações de contas de governo **referentes ao exercício de 2020, a serem apresentadas em 2021**, tendo sido expedidos ofícios a todos os Chefes do Poder Executivo dos entes federativos sujeitos à jurisdição desta Corte, nos seguintes termos:

“(…)

II – Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** ao Consulente, bem como a todos os Chefes do Poder Executivo dos entes federativos sujeitos à jurisdição desta Corte, dando-lhes ciência acerca da reformulação do prejulgado n.º 035/2018, objeto do processo TCE-RJ n.º 113.617-4/18, nos seguintes termos:

A partir das prestações de contas de governo do Estado do Rio de Janeiro e de todos os municípios jurisdicionados deste Tribunal, **referentes ao exercício de 2020, a serem apresentadas em 2021**, deverão ser consideradas, para fins de aferição do cumprimento do artigo 198, §2º, II e §3º, I, da CRFB, e do art. 24 da Lei Complementar n.º 141/12, **as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os restos a pagar processados e não processados até o limite da disponibilidade de caixa do respectivo fundo no exercício.**”

Quanto ao mecanismo de verificação da adequação das despesas ao disposto nos arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141/12, o Corpo Instrutivo apresentou os seguintes esclarecimentos:

“Observa-se que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis diverge do valor registrado contabilmente na função 10 - Saúde, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	99.972.831,87

Contabilidade – Anexo 8 consolidado

99.987.830,87

Diferença -14.999,00

Fonte: Anexo 8 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 326/329 e Relatório Analítico Saúde – fls. 1148/1163.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 16.**

A verificação da adequação das despesas aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 141/12 foi efetuada por meio de técnica de amostragem, na qual foi apurado 95,46% do valor total das despesas com saúde empenhadas com recursos próprios registradas no banco de dados fornecido pelo próprio município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta no Relatório Analítico Saúde às fls. 1148/1163.

Assim, foram identificadas despesas no montante de **R\$1.044.046,50** que não serão consideradas no cálculo do limite dos gastos com ações e serviços públicos de saúde, conforme a seguir:

a) Gastos que não pertencem ao exercício de 2020, em desacordo com artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Liquidado – R\$	Valor Pago – R\$
03/01/20	80	REF. PRESTADOR MAC, COMPETÊNCIAS NOV E DEZ/19, PARCELA DA PRODUÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, PRÉ-FIXADOS CONSTANTES DE CONVÊNIO (PROC.	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCORVERDE	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Recursos Próprios	170.096,48	170.096,48	170.096,48
03/01/20	89	Folha de pagamento de Pessoal Estatutário, Celetista e Cargo Comissionado, ref mês de dezembro de 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Atenção Básica	Recursos Próprios	570.611,93	570.611,93	570.611,93
03/01/20	94	EMPENHO ESTIMATIVA REF A SUBVENÇÃO SOCIAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VALENÇA E ASSOCIAÇÃO HOSPITAL SANTA ISABEL REF. PERÍODO DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019, NO VALOR MENSAL DE R\$ 30.000,00 PROC	ASSOCIAÇÃO O HOSPITAL SANTA ISABEL	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Recursos Próprios	60.000,00	60.000,00	60.000,00

06/01/20	97	EMPENHO REF. A CONFISÃO DE DÍVIDA ATRAVÉS DE TAC , PELO FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DOS MESES DE MARÇO, ABRIL E MAIO DE 2019, CONFORME NOTAS FISCAIS E DEMAIS DOCS QUE SE ENCONTRAM NO	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	24.973,49	24.973,49	24.973,49
10/01/20	105	REFERENTE A SERVIÇO DE HOME CARE PARA O PACIENTE JÃO CARLOS MODESTO, PERTINENTE AO PERÍODO DE 31/MARÇO/19 A 25/MAIO/2019 DE TRATAMENTO, POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, CONFORME NOTAS FISCAIS Nº 707 E	CHC SAÚDE LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	22.400,00	0,00	0,00
10/01/20	106	REFERENTE A SERVIÇOS DE HOME CARE PARA O PACIENTE JOÃO CARLOS MODESTO, PERTINENTE AO PERÍODO DE 31/MARÇO/2019 A 03/JUNHO/2019 DE TRATAMENTO, POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA CONFORME TERMO Nº 648/2019	CHC SAÚDE LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	24.266,66	24.266,66	24.266,66
10/01/20	107	REFERENTE A SERVIÇO DE HOME CARE PARA OS PACIENTES GILCLÉIA PINTO DO NASCIMENTO(PERÍODO:26/ABRIL /2019 A 28/MAIO/2019) - VALOR= R\$ 28.444,41 E WALCIR PINTO DO NASCIMENTO PERÍODO:25/ABRIL /2019 a 28/MAIO/2019- VALOR= R\$	CHC SAÚDE LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	58.053,03	58.053,03	58.053,03

29/01/20	191	EMPENHO REF A GUIA PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, REF AO MÊS DE DEZEMBRO/2019	INSTITUTO MUN. DE PREV SO DOS SERV. PU	Atenção Básica	Recursos Próprios	113.644,91	113.644,91	113.644,91
TOTAL						1.044.046,50	1.021.646,50	1.021.646,50

Fonte: Relatório Analítico Saúde – fls. 1148/1163.

Este fato será objeto da **Ressalva e Determinação n.º 17**.

Importante ressaltar que estas despesas não são legitimadas por esta análise, podendo a qualquer momento este Tribunal verificar a legalidade das mesmas.”

A divergência entre o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis e o valor registrado contabilmente na função 10 – Saúde, bem como a consignação de gastos não pertencentes ao exercício de 2020, serão objeto de **ressalvas e determinações**.

No tocante à gestão dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, verifica-se que eles **foram geridos diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde**, totalizando R\$99.987.830,87, conforme Anexos 8 da Lei Federal n.º 4.320/64 Consolidado e do FMS às fls. 326/329 e 593, cumprindo, assim, o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar n.º 141/12.

O município encaminhou as informações sobre os gastos com saúde indicando como recursos utilizados a fonte “próprios”. No entanto, entende-se que o município deve segregar as fontes de recursos, de modo a utilizar na aplicação de gastos com saúde para fins de limite constitucional apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte “próprios” pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos. Tal fato será considerado **como ressalva e ensejará determinação**.

O percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde foi de **18,48%**, portanto, **acima** do percentual mínimo disposto no artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 141/12, conforme se demonstra:

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	102.972.875,46
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	2.741.227,92
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	100.231.647,54

DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas pagas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	18.525.272,62
(F) Restos a pagar processado e não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)	18.525.272,62
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	18,48%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337, Quadro E.1 e demonstrativos contábeis – fls. 713/715, Quadro E.2 e demonstrativos contábeis – fls. 716/719, Balancete Contábil de Verificação da Saúde - QUADRO E.3 e documentação comprobatória – fls. 720/729, documento de cancelamento de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – fls. 761/770 e documentos de arrecadação do FPM de julho e dezembro – fls. 1181/1184.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas “d” e “e”, inciso I, artigo 159 da CRFB), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 09/07/2020 e 09/12/2020. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CRFB, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Vale ressaltar que a Lei Orgânica Municipal prevê, em seu artigo 158, parágrafo único, acrescentado pela Emenda Aditiva nº 28, que o município deverá aplicar, no mínimo, 15% da sua receita tributária, inclusive das transferências na função Saúde, **tendo cumprido** o referido percentual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor R\$
Receitas Tributárias Arrecadadas	20.679.898,08
Receitas de Transferência de Impostos	50.226.811,95
(a) Total das receitas	70.906.710,03
(b) Total das despesas empenhadas com saúde (impostos e transferências de impostos)	21.465.148,51
Percentual da receita aplicado em gastos com saúde (limite mínimo de 15,00%, conforme parágrafo único do artigo 158 da LOM) (a/b x100)	30,27%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337 e Quadro E.2 - fls. 716/719.

Nota: A linha Receita de Transferência de Impostos correspondente ao somatório dos seguintes valores arrecadados: R\$ 85.689,28 (ITR), R\$ 4.454.592,22 (IPVA), R\$ 44.488.293,53 (ICMS) e R\$ 1.198.236,92 (IPI – Exportação).

O Conselho Municipal de Saúde, por meio do parecer de fls. 755/760, opinou **favoravelmente** quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90, c/c § 1º, artigo 36, da Lei Complementar n.º 141/12.

6.4 REPASSE DE RECURSOS PARA O LEGISLATIVO

6.4.1 CUMPRIMENTO DO § 2º, INCISO I DO ARTIGO 29-A DA CF

De acordo com os critérios estabelecidos pela Emenda n.º 58/09, verifica-se que o total do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo ao Legislativo, no exercício de 2020, não poderá ultrapassar o percentual de 7% sobre o somatório da receita tributária e das transferências

previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, cenário demonstrado no quadro abaixo:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2019	VALOR (R\$)
(A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	0,00
1112.02.00 – IPTU	8.749.361,87
1112.04.00 – IRRF	2.333.488,64
1112.08.00 – ITBI	1.839.804,95
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	7.403.452,17
Outros Impostos	1.339.704,26
1120.00.00 - TAXAS	1.442.419,87
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.152.460,45
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	1.071.219,26
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL (cemitério, mercado municipal, etc) (1)	0,00
SUBTOTAL (A)	27.331.911,47
(B) TRANSFERÊNCIAS	
1721.01.02 – FPM	34.805.266,45
1721.01.05 – ITR	155.108,86
1721.01.32 - IOF-OURO	0,00
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	0,00
1722.01.01 – ICMS	44.261.719,48
ICMS Ecológico	0,00
1722.01.02 – IPVA	4.600.926,28
1722.01.04 - IPI – Exportação	1.065.510,86
1722.01.13 – CIDE	77.462,78
SUBTOTAL (B)	84.965.994,71
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	0,00
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	112.297.906,18
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7,00%
(F) TOTAL DA RECEITA APURADA (D x E)	7.860.853,43
(G) GASTOS COM INATIVOS	
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2020 (F + G)	7.860.853,43

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 do exercício anterior às fls. 775/783 e Anexo 2 da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 564.

Nota: Receitas de mercado municipal, de cemitério, de aeroporto, de terra dos silvícolas, conforme voto proferido no processo TCE-RJ n.º 261.314-8/02.

O limite de repasse do Executivo para o Legislativo disposto no art. 29-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal **foi respeitado**, a saber:

R\$			
Limite de repasse permitido Art. 29-A	Repasse recebido (A)	Valor devolvido ao Poder Executivo (B)	Repasse apurado após devolução (C) = (A) – (B)

7.860.853,43	8.015.534,21	398.519,56	7.617.014,65
--------------	--------------	------------	--------------

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 572 e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – fl. 795.

Nota: Em relação as transferências concedidas constantes do Balanço Financeiro da Câmara (R\$ 1.880.691,40), foi considerado apenas o montante de R\$ 398.519,56, conforme comprovante à fl. 795. Cumpre destacar que não foram considerados os extratos bancários apresentados às fls. 785/794 como “comprovantes” de devolução de duodécimos efetuados pela Câmara, uma vez que não demonstram efetivamente a origem dos valores creditados na conta da Prefeitura.

6.4.2 CUMPRIMENTO DO § 2º, INCISO III DO ARTIGO 29-A DA CF

De acordo com a Lei Orçamentária e com o Balanço Orçamentário da Câmara (orçamento final), verifica-se que o total previsto para repasse ao Legislativo no exercício de 2020 foi de R\$8.015.525,27. Contudo, tal valor foi superior ao limite máximo estabelecido no artigo 29 da Constituição Federal, devendo prevalecer aquele montante estabelecido pela Carta Magna (R\$ 7.860.853,43).

Comparando este valor com o efetivamente repassado à Câmara Municipal, constata-se o repasse em maior montante, tendo sido observado o previsto no orçamento final da Câmara e no inciso III, §2º, do artigo 29-A da Constituição Federal, tendo em vista a devolução de duodécimos ao Poder Executivo do Município de Valença, conforme se demonstra:

R\$			
Limite de repasse permitido – art. 29-A	Repasse recebido (A)	Valor devolvido ao Poder Executivo (B)	Repasse apurado após devolução (C) = (A) – (B)
7.860.853,43	8.015.534,21	398.519,56	7.617.014,65

Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 570/572 e comprovante de devolução de duodécimos à Prefeitura – fl. 795.

Nota: Em relação as transferências concedidas constantes do Balanço Financeiro da Câmara (R\$ 1.880.691,40), foi considerado apenas o montante de R\$ 398.519,56, conforme comprovante à fl. 795. Cumpre destacar que não foram considerados os extratos bancários apresentados às fls. 785/794 como “comprovantes” de devolução de duodécimos efetuados pela Câmara, uma vez que não demonstram efetivamente a origem dos valores creditados na conta da Prefeitura.

Destaca-se que, em sessão plenária realizada em 04/12/2019, o Colegiado desta Corte decidiu, no âmbito da consulta que constituiu o Processo TCE-RJ nº 216.281-7/19, que a COSIP deve ser excluída das receitas tributárias para os fins pretendidos no art. 29-A da Constituição Federal.

Dessa forma, revela-se pertinente ratificar os apontamentos já contidos nas contas do exercício de 2019 e **comunicar** o atual Chefe do Poder Executivo do Município com o escopo de alertá-lo a respeito da nova metodologia de verificação do cumprimento do artigo 29-A da CRFB, **que passará a ser considerada nas Contas de Governo relativas ao exercício de 2021, a serem encaminhadas no exercício de 2022.**

7. DEMAIS ASPECTOS

7.1 ROYALTIES DO PETRÓLEO

O artigo 8º da Lei nº 7.990, de 28/12/89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, veda a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando o pagamento de dívida com a União, bem como a capitalização de fundos de previdência.

7.1.1 RECEITAS

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos recursos dos *royalties* no exercício de 2020:

RECEITAS DE ROYALTIES			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União			15.045.303,19
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		0,00	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		15.045.303,19	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	15.045.303,19		
Royalties pelo excedente da produção	0,00		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	0,00		
II – Transferência do Estado			3.142.053,33
III – Outras compensações financeiras			0,00
IV – Subtotal			18.187.356,52
V – Aplicações financeiras			506,12
VI – Total das receitas (IV + V)			18.187.862,64

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 330/337

Nota: o valor da receita total consignado no quadro acima não contempla os valores arrecadados decorrentes de royalties recebidos a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal n.º 13.885/2019.

7.1.2 DESPESAS

Demonstra-se a seguir o quadro de despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS ROYALTIES

Descrição		Valor - R\$	Valor - R\$
I - Despesas correntes			14.485.879,65
	Pessoal e encargos	0,00	
	Juros e encargos da dívida	0,00	
	Outras despesas correntes	14.485.879,65	
II - Despesas de capital			0,00
	Investimentos	0,00	
	Inversões financeiras	0,00	
	Amortização de dívida	0,00	
III - Total das despesas (I + II)			14.485.879,65

Fonte: Quadro F.1— fl. 771.

O Município aplicou 100,00% dos recursos dos *royalties* em despesas correntes, restando evidenciado a aplicação exclusiva dos recursos em despesas de custeio.

Não houve a aplicação de recursos de *royalties* em pagamento de pessoal e de dívidas não excetadas pela Lei Federal n.º 7.990/89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13.

Com relação à necessidade de utilização consciente e responsável da dessa fonte de recurso, são elucidativas as ponderações da instância técnica:

“Embora não tenha sido constatada a realização de despesas de pessoal com recursos dos *royalties* do petróleo, na forma vedada pela legislação vigente, entende-se que a sua utilização deva ser efetuada de forma consciente e responsável, evitando-se o uso inapropriado de tal fonte de recurso.

É sabido que, o petróleo é um recurso natural não renovável, portanto, as receitas auferidas em face do recebimento dos *royalties* decorrentes da exploração desse produto tendem, ao longo do tempo, a se esgotar.

Dessa forma, espera-se que a aplicação dos recursos dos *royalties* esteja direcionada a atividades que possibilitem a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável sem prejuízo, contudo, ao meio ambiente.

Para tanto, torna-se fundamental a realização de investimentos num sistema econômico e social capaz de fomentar ações e programas de governo que atendam à demanda da população local, como, por exemplo, programas de habitação, saneamento, urbanismo, agricultura, capacitação de mão de obra, emprego e renda, respeitando-se, certamente, o perfil de cada município. Em outras palavras, deve-se evitar o comprometimento contínuo de recursos dos *royalties* em despesas correntes, uma vez que estas não geram investimentos diretos e podem comprometer o resultado fiscal do município no futuro.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que as receitas de *royalties* compõem a base de cálculo da receita corrente líquida e, dessa forma, o

cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal, dívida consolidada líquida e operações de crédito, pode ficar extremamente comprometido caso ocorra uma diminuição dessas receitas.

Nesse sentido, considera-se relevante efetuar recomendações ao final deste relatório para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.”

Na linha indicada pela instância técnica, é oportuno consignar **recomendação** quanto à necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*. De igual modo, deverá haver a **comunicação** ao atual Chefe do Poder Executivo para reiterar o alerta dado nas contas do exercício anterior no sentido de que, à luz do decidido no Processo TCE-RJ 214.567-3/18, **a partir da análise das Contas de Governo do exercício de 2021, encaminhadas em 2022**, a vedação imposta pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89 abarcará todos os recursos das compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural.

7.1.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONFORME LEI FEDERAL N.º 12.858/2013

A Lei Federal nº 12.858, de 09/09/2013, dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

Conforme estabelecido no § 3º do artigo 2º da referida Lei, os referidos recursos deverão ser aplicados na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) para a área da educação e de 25% (vinte e cinco por cento) para a área da saúde.

Como demonstrado pelo Corpo Instrutivo em relatório de 19/07/2021, o Poder Executivo aplicou os seguintes montantes, conforme quadro a seguir:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal - Lei Federal n.º 12.858/2013	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos - Exercício 2020	382.346,98
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	95.586,75
Aplicação de Recursos na Saúde	112.945,90
% aplicado em Saúde	29,54%
Saldo a aplicar	-17.359,15
Aplicação Mínima na Educação – 75%	286.760,23
Aplicação de Recursos na Educação	235.781,05
% aplicado em Educação	61,67%

Saldo a aplicar

50.979,18

Fonte: Prestação de Contas de Governo de 2018 e 2019 – Processo TCE-RJ n.º 208.908-9/2019 e 211.083-3/20, Quadro F.3 – fl.1113 e Relatório Educação Analítico - fls. 1126/1147.

Nota: Foi considerado na aplicação de recursos na educação o montante de R\$235.781,05 informado no Relatório da Educação Analítico referente ao empenho n.º 4134, de 25.09.2020, que trata de despesa realizada com recursos oriundos dos repasses do Campo de Mero, conforme Lei Federal n.º 12.858/13, porém classificada na Fonte de recursos próprios. Cumpre destacar que a referida despesa não se encontra registrada no Quadro F.3 encaminhado pelo Município.

Como demonstrado, o Poder Executivo aplicou 29,54% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde, atendendo ao disposto ao § 3º, artigo 2º da referida Lei. Todavia, foi aplicado 61,67% na educação, em desacordo ao disposto ao § 3º, artigo 2º da mencionada legislação.

O Relatório do Controle Interno (fl. 934), informa que o município de Valença sofreu com os efeitos da pandemia de COVID-19, tendo seu sistema de ensino paralisado diante das medidas sanitárias adotadas, com as aulas presenciais não retomadas até o fechamento do referido relatório, restando evidenciado em análise às despesas com educação no exercício de 2020 os esparsos gastos efetuados, por não se encontrar a máquina administrativa em pleno funcionamento, impossibilitando o investimentos dos recursos dos *royalties* nessa área.

Diante da excepcionalidade decorrente da pandemia e das justificativas apresentadas quanto ao percentual não aplicado, impõe-se, na linha defendida pela instância técnica, consignar **ressalva** às contas, com **determinação** para que o saldo remanescente seja aplicado até o final do mandato.

Cumpre registrar que na prestação de contas de governo do exercício anterior (2019), o E. Plenário desta Corte determinou que o jurisdicionado aplicasse em 2020, além dos recursos recebidos no exercício, os valores não aplicados nos exercícios de 2018 e 2019, na área da educação e na área de saúde, conforme estabelece o § 3º, artigo 2º da Lei nº 12.858/13. Não houve atendimento à referida determinação, uma vez que a aplicação dos recursos relativos à educação foi em montante inferior aos valores recebidos em 2020, bem como o excedente aplicado na área de saúde no exercício de 2020 foi em montante inferior aos valores recebidos em exercícios anteriores.

Considerando que não houve a aplicação dos recursos em despesas distintas daquelas previstas na legislação, ficando o saldo remanescente a ser aplicado nos exercícios seguintes, deve prevalecer a sugestão do Corpo Instrutivo no sentido de que seja consignada **ressalva**, sem prejuízo de que nas prestações de contas futuras haja a revisitação da matéria, com a aposição de

irregularidade em caso de descumprimento reiterado das determinações do Tribunal quanto à correta aplicação dos recursos.

Verifica ainda, que o município **criou** o código de fonte de recurso específico para controle/destinação das receitas de royalties de que trata a Lei Federal n.º 12.858/13.

7.1.4 APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS CONFORME LEI FEDERAL N.º 13.885/2019

A Lei Federal n.º 13.885, de 17/10/2019, estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do artigo 1º da Lei Federal n.º 12.276, de 30/06/2010, entre outras providências.

Dos valores arrecadados, descontada a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa, 15% serão destinados aos municípios, distribuídos conforme os mesmos critérios de repartição do FPM (art. 1º, inciso III da Lei Federal n.º 13.885/19). Os municípios destinarão os recursos recebidos, alternativamente, para fins previdenciários ou investimentos (art. 1º, § 3º, I e II, da Lei Federal n.º 13.885/19).

Conforme quadro elaborado pela instrução, reproduzido a seguir, houve aplicação de recursos:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> – Cessão Onerosa	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> a Título de Cessão Onerosa previstos na Lei Federal n.º 13.885/2019	1.668.568,94
Aplicação de Recursos (Cessão Onerosa) em Investimentos	0,00
Aplicação de Recursos (Cessão Onerosa) na Previdência	1.618.958,10
Total Aplicado	
Saldo a aplicar	49.610,84

Fonte: Quadro F.4 – fl. 1114.

Nota: Cumpre destacar que foi observada divergência de R\$ 6.256,05 entre o total dos recursos recebidos informados no Quadro F.4, às fls. 1114, e o montante informado na prestação de contas do exercício de 2019 de R\$ 1.674.824,99 (Processo TCE-RJ n.º 211.083-3/20, fl. 2251). Contudo, entende-se que o fato possa ser relevado em razão da pouca materialidade da diferença apurada.

Observa-se que o Poder Executivo, dos recursos recebidos, destinou R\$ 1.618.958,10 para despesas previdenciárias, restando um pequeno saldo a aplicar no montante de R\$49.610,84, observando o previsto no §3º do artigo 1º da mencionada Lei.

O Ministério Público de Contas, em parecer de 11/08/2021, concorda com a análise efetuada pelo Corpo Instrutivo.

7.2 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM é um indicador de desempenho de âmbito nacional, composto por sete índices setoriais temáticos, cujo objetivo é avaliar, ao longo do tempo, se a visão e os objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados e, com isso, oferecer elementos importantes para melhoria da gestão municipal e para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória do controle externo exercido por esta Corte de Contas.

No Certificado de Validação de que trata o art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 271/17, juntado à fl. 911, o responsável pelo órgão de Controle Interno, após proceder ao exame dos quesitos presentes no questionário para apuração do índice de efetividade da gestão pública e à análise da adequação entre as respostas apresentadas e as respectivas evidências, certificou que os elementos são suficientes, relevantes, válidos e confiáveis para subsidiar a elaboração do referido índice.

O Ministério Público de Contas, em parecer de 11/08/2021, com relação ao tema “Transparência da gestão fiscal”, informa quanto à ausência de ampla divulgação do relatório analítico e o respectivo parecer prévio desta corte sobre as contas do chefe do poder executivo relativas ao exercício financeiro de 2019, em afronta ao disposto no artigo 126 da constituição estadual, c/c o artigo 48 da lei de responsabilidade fiscal - LC 101/00. Diante da configuração da falha, merece prosperar a sugestão de aposição de **ressalva** às contas e **determinação** para saneamento.

7.3 CONTROLE INTERNO

Após destacar a relevância do pronunciamento e da competência fiscalizatória dos sistemas de controle interno, o Corpo Instrutivo, visando ao aperfeiçoamento da atuação do controle interno municipal, sugere **comunicação** ao respectivo responsável para que tome ciência do exame realizado, a fim de que sejam adotadas as medidas pertinentes com o objetivo de eliminar as falhas apontadas no decurso do próximo exercício. Também aponta que o órgão de Controle Interno deverá pronunciar-se, nas próximas Contas de Governo, de forma conclusiva, com a apresentação de certificado de auditoria quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas. Tais proposições não merece reparos, de modo que serão integralmente acolhidas.

7.4 DETERMINAÇÕES NAS CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Em relação às determinações contidas na análise das contas de governo do exercício anterior, visando a avaliar o cumprimento das respectivas determinações e recomendações, foi solicitado ao jurisdicionado um Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno, com informações detalhadas acerca das ações e providências adotadas com o objetivo de corrigir as falhas verificadas quando da emissão do Parecer Prévio das contas referentes ao exercício anterior.

O Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno à fl. 952 não informa adequadamente todas as ações e providências visando a corrigir as falhas verificadas, tendo em vista constar tão somente a expressão: *expediente encaminhado alertando para atendimento*”, do qual constam apenas as determinações/recomendações propostas pelo Corpo Instrutivo quando do exame das referidas contas.

Dessa forma, o não cumprimento da determinação nas Contas de Governo do exercício anterior será considerado como **ressalva** e ensejará **determinação**.

7.5 CERTIFICADO DE AUDITORIA

O Certificado de Auditoria é o documento expedido pelo órgão central de controle interno, ou equivalente, elaborado com base na análise da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do órgão auditado.

O Certificado de Auditoria à fl. 951, emitido pelo órgão central de controle interno, opina expressamente pela regularidade com ressalvas às Contas do Chefe de Governo do município.

Não obstante, em que pese o Certificado de Auditoria conter parecer conclusivo, não foram especificadas as medidas adotadas no âmbito do controle interno no intuito de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental. Tal fato será alvo de **ressalva e determinação**.

7.6 PRAZO PARA REMESSA DOS DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES

Com a alteração promovida no art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18 pela Deliberação TCE-RJ nº 325/21, a partir das contas do exercício de 2021, a serem encaminhadas em 2022, os documentos relativos ao exame das contas deverão ser remetidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão legislativa.

Por simetria à norma insculpida no art. 84, XXIV, c/c art. 29, da Constituição da República, foi suprimida, portanto, a possibilidade de Lei Orgânica Municipal estabelecer prazo diverso, nos moldes consignados em decisão proferida em 19/05/2021 pelo Conselho Superior de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Processo TCE-RJ 300.592-0/21.

Desse modo, revela-se oportuno comunicar o atual Chefe do Poder Executivo do Município quanto a tal alteração.

8. CONCLUSÃO

Após exame da Prestação de Contas de Governo do Município de Valença, relativa ao exercício de 2020, e tendo em vista o teor do relatório do Corpo Instrutivo e o Parecer do Ministério Público de Contas;

Considerando, com fulcro no artigo 125, Incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos municípios e sugerir as medidas convenientes para apreciação final da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesa, bem como das pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o Município responsável cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial

para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos Municípios jurisdicionados;

Considerando que este Tribunal, nos termos dos artigos 75 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, já com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 04/91, é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios do Estado;

Considerando os resultados gerais apurados,

Posiciono-me parcialmente de acordo com o Corpo Instrutivo e com o Ministério Público de Contas junto a esta Corte.

Promovo a inclusão de comunicação ao Chefe do Poder Executivo no sentido de que, a partir das contas do exercício de 2021, a serem encaminhadas em 2022, os documentos relativos ao exame das contas deverão ser remetidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão legislativa, não sendo possível que a Lei Orgânica Municipal estabeleça prazo diverso.

Acompanho as sugestões do Ministério Público de Contas no sentido de incluir ressalva relativa à ausência de ampla divulgação do Relatório Analítico e respectivo Parecer Prévio desta Corte sobre as contas do Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício financeiro de 2019; comunicar o atual Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade de adotar providências com vista ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Município; e determinar que haja adicionalmente, até o final do mandato, a aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, o montante de R\$3.630.175,90, resultante da diferença entre o mínimo estabelecido de despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino e o apurado em 2020, conforme art. 4º, §4º, da Lei Ordinária Federal n.º 7.348/85.

Considero pertinente, ainda, conforme parecer ministerial, que haja determinação à Secretaria Geral de Controle Externo - SGE - para que verifique o cumprimento das regras impostas pela EC nº 103/19, que estabelece que, a partir de 13/11/2019 (data da publicação da referida emenda), os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios somente poderão custear despesas com aposentadorias e pensões por morte, e os que possuíam déficit atuarial a

ser equacionado estabelecessem, até 01/03/2020, alíquota de contribuição que não seja inferior à da contribuição dos servidores da União (14%).

VOTO:

I – Pela Emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do município de **VALENÇA, Sr. Luiz Fernando Furtado da graça**, referentes ao exercício de **2020**, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÃO**:

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES

RESSALVA N.º 1

A Câmara Municipal não tomou ciência imediata dos créditos adicionais extraordinários abertos por meio dos Decretos n.ºs. 109/20, 115/20, 124/20, 146/20, 160/20 e 194/20, que tiveram suas fundamentações autorizativas no disposto no artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/64.

DETERMINAÇÃO N.º 1

Observar a necessidade de ciência imediata ao Poder Legislativo quando da abertura de créditos adicionais extraordinários, conforme dispõe o artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 2

O valor do orçamento final apurado (R\$301.300.401,69), com base na movimentação de abertura de créditos adicionais, não guarda paridade com o registrado no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 (R\$301.118.840,89).

DETERMINAÇÃO N.º 2

Observar para que o orçamento final do município, apurado com base na movimentação de abertura de créditos adicionais, guarde paridade com o registrado nos demonstrativos contábeis consolidados, em face do disposto no artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 3

O município não cumpriu integralmente os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal pela instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência constitucional.

DETERMINAÇÃO N.º 3

Implementar ações visando à adoção de procedimentos e à estruturação da gestão dos impostos municipais para sua instituição, previsão e efetiva arrecadação, requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, e o pleno atendimento do art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/00, conforme detalhamento nos processos TCE RJ nº 225.343-1/20 (ISS) e nº 225.346-3/20 (IPTU e ITBI).

RESSALVA N.º 4

Ocorrência de cancelamentos de restos a pagar processados no valor de R\$ 43.997,24, sem justificativa, em desacordo com o previsto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

DETERMINAÇÃO N.º 4

Abster-se de promover o cancelamento de restos a pagar processados, observando o direito adquirido pelo credor quando da liquidação da despesa, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 5

Quanto às inconsistências verificadas na elaboração do quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes e do Demonstrativo do *Superavit/Deficit* Financeiro, uma vez que os resultados registrados não guardam paridade entre si.

DETERMINAÇÃO N.º 5

Observar o correto registro dos saldos do *superavit/deficit* financeiro apurados ao final do exercício quando da elaboração do quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes e do Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial, conforme dispõe a Portaria STN nº 634/13 c/c a Portaria STN nº 840/16.

RESSALVA N.º 6

O Município realizou parcialmente a transferência das contribuições previdenciárias patronais devidas ao RPPS no exercício em exame, em desacordo com os preceitos estabelecidos no artigo 1º, inciso II da Lei Federal n.º 9.717/98.

DETERMINAÇÃO N.º 6

Promover as transferências das contribuições patronais devidas ao RPPS de forma tempestiva, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário municipal, conforme os preceitos estabelecidos no artigo 1º, inciso II da Lei Federal n.º 9.717/98.

RESSALVA N.º 7

Conforme evidenciado no Relatório de Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, o município possui um *deficit* atuarial. Entretanto, não foi encaminhada declaração informando as medidas adotadas para o equacionamento do referido *deficit* no exercício de 2020, conforme previsto no artigo 2º da Lei n.º 3.013/17, acompanhada da respectiva documentação comprobatória.

DETERMINAÇÃO N.º 7

Encaminhar nas próximas prestações de contas, informações sobre as medidas adotadas visando equacionar o deficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Municipal – RPPS no exercício de referência, nos termos da Lei n.º 3.013/17, consoante o disposto no art. 53 da Portaria MPS nº 464, de 19/11/2018.

RESSALVA N.º 8

O saldo da dívida consolidada constante do Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre (R\$115.514.769,50) diverge do saldo constante do Anexo 16 da Lei n.º 4.320/64 (Demonstrativo da Dívida Fundada Consolidado) – R\$183.005.414,08, apresentando uma divergência no valor de R\$67.490.644,58, causando distorção no percentual da dívida consolidada líquida do município, em desacordo com o artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.

DETERMINAÇÃO N.º 8

Observar a compatibilidade entre os registros da dívida consolidada nos relatórios da LRF e nos demonstrativos contábeis, em cumprimento ao artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 9

A despesa a seguir descrita não foi considerada no cálculo do limite dos gastos com a educação, uma vez que destinada ao Programa Dinheiro Direta na Escola (PDDE) do Governo Federal, regido pela Lei Federal n.º 11.947/09:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
19/06/2020	2866	PCS:74/2020 SERVIÇO DE REGISTRO DA UEX (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, CONSELHOS ESCOLARES ETC) E ATA DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO EE ELEIÇÃO E POSSE CONFORME MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA USO DO CARTÃO PDDE(PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA).	CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	37.639,88	11.641,20
TOTAL						37.639,88	11.641,20

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147.

DETERMINAÇÃO N.º 9

Cuidar para que as despesas relacionadas a operacionalização do Programa Dinheiro Direta na Escola (PDDE) do Governo Federal, regido pela Lei Federal n.º 11.947/09, não sejam computadas para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional da educação.

RESSALVA N.º 10

A despesa a seguir descrita não foi considerada no cálculo do limite constitucional dos gastos com a educação, uma vez que realizada com recursos provenientes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, previstos na Lei Federal n.º 12.858/13:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
25/09/20	4134	MEMO:391/DRH/2020 PAGTO. REALIZADO COM RECURSO ORIUNDO DOS REPASSES DO CAMPO DE MERO. CONF. CUMPRIMENTO À LEI 12.858/2013, ART.2, PARÁGRAFO 3º.PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE SETEMBRO DE 2020.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	235.781,05	235.781,05
TOTAL						235.781,05	235.781,05

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147.

DETERMINAÇÃO N.º 10

Observar a correta utilização de fonte de recurso específica criada para classificação dos recursos de royalties de que trata a Lei Federal n.º 12.858/13, de modo que as despesas realizadas à conta dos referidos recursos não sejam computadas no cálculo do limite constitucional dos gastos com a educação.

RESSALVA N.º 11

As despesas a seguir, classificadas na função 12 – Educação, não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a educação, por não pertencerem ao exercício de 2020, em desacordo com artigo 212 da Constituição Federal c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Pago – R\$
06/01/2020	2	MEMO:681/DRH/19 PAGTO. DE PESSOAL ESTATUTÁRIO E CELETISTA, SEC. MUNC. DE EDUCAÇÃO, FUNDEB 60%, REF. A DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	198.303,36	198.303,36
06/01/2020	108	MEMO:682/DRH/2019 PAGTO. DE PESSOAL ESTATUTARIO E CELETISTA DESTA PREFEITURA,	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	1.100.000,00	1.100.000,00

		PERTECENTES A SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO-FUNDEB 40%, REF. A FOLHA DE PAGAMENTO DO MES DE DEZEMBRO DE 2019.					
10/01/2020	180	MEMO:680/DHR/2019 PAGTO. PESSOAL ESTATUTÁRIO CELETISTA E CARGO COMISSONADO, R.P., REFERENTE A DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	52.012,22	52.012,22
10/01/2020	182	MEMO:680/DHR/2019 PAGTO. PESSOAL ESTATUTÁRIO CELETISTA E CARGO COMISSONADO, R.P., REFERENTE A DEZEMBRO DE 2019.	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	51.697,98	51.697,98
15/01/2020	283	OFICIO Nº588/2019 INSTITUTO MUN. DE PREVID. SOCIAL DOS SERVIDORES PUB. DE VALENÇA CNPJ- Nº11.463.902/0001-80 PAGTO. DAS GUIAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS PATRONAIS, REF AO 13º SALARIO DE 2019.	INSTITUTO MUN. PREV. SOC. DOS SERV. PU	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	203.283,26	203.283,26
10/02/2020	991	OFICIO: 14/2020 PAGTO, AS GUIAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS PATRONAIS, REF AO MES DE DEZEMBRO/2019	INSTITUTO MUN. PREV. SOC. DOS SERV. PU	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	168.818,35	168.818,35
10/02/2020	992	OFICIO: 14/2020 PAGTO, AS GUIAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS PATRONAIS, REF AO MES DE DEZEMBRO/2019	INSTITUTO MUN. PREV. SOC. DOS SERV. PU	Ensino Fundamental	Recursos Próprios	202.588,27	202.588,27
TOTAL						1.976.703,44	1.976.703,44

Fonte: Relatório Analítico Educação – fls. 1126/1147

DETERMINAÇÃO N.º 11

Observar o regime de competência quando do registro das despesas na função 12 – Educação, em atendimento aos artigos 212 da Constituição Federal c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n° 101/00.

RESSALVA N.º 12

O município aplicou 21,47% de suas receitas com impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, em desacordo com o limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

DETERMINAÇÃO N.º 12

Observar o cumprimento obrigatório do limite mínimo de aplicação de 25% das receitas com impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

RESSALVA N.º 13

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte próprio.

DETERMINAÇÃO N.º 13

Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

RESSALVA N.º 14

O valor do *deficit* financeiro do Fundeb para o exercício de 2021 apurado na presente prestação de contas (R\$2.774.428,92) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundo – déficit ajustado (R\$1.465.755,67), resultando numa diferença de R\$1.308.673,25.

DETERMINAÇÃO N.º 14

Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.

RESSALVA N.º 15

O valor total das despesas na função 10 – Saúde evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis diverge do registrado pela contabilidade, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	99.972.831,87
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	99.987.830,87
Diferença	-14.999,00

Fonte: Anexo 8 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 326/329 e Relatório Analítico Saúde – fls. 1148/1163.

DETERMINAÇÃO N.º 15

Envidar esforços no sentido de disponibilizar todas as informações que permitam a verificação do cumprimento do limite mínimo das despesas em ações e serviços públicos de saúde, inclusive com o correto e integral lançamento dos respectivos dados no Sigfis – Módulo Informes Mensais, em conformidade com a Deliberação TCE/RJ n.º 281/17.

RESSALVA N.º 16

As despesas a seguir, classificadas na função 10 – Saúde, não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a saúde, por não pertencerem ao exercício de 2020, em desacordo com o artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Liquidado – R\$	Valor Pago – R\$
03/01/20	80	REF. PRESTADOR MAC, COMPETÊNCIAS NOV E DEZ/19, PARCELA DA PRODUÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, PRÉ-FIXADOS CONSTANTES DE	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCORVERDE	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Recursos Próprios	170.096,48	170.096,48	170.096,48

03/01/20	89	Folha de pagamento de Pessoal Estatutário, Celetista e Cargo Comissionado, ref. mês de dezembro	MUNICÍPIO DE VALENÇA	Atenção Básica	Recursos Próprios	570.611,93	570.611,93	570.611,93
03/01/20	94	EMPENHO ESTIMATIVA REF. A SUBVENÇÃO SOCIAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VALENÇA E ASSOCIAÇÃO HOSPITAL SANTA ISABEL REF. PERÍODO DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019, NO VALOR MENSAL DE R\$	ASSOCIAÇÃO HOSPITAL SANTA ISABEL	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Recursos Próprios	60.000,00	60.000,00	60.000,00
06/01/20	97	EMPENHO REF. A CONFISÃO DE DÍVIDA ATRAVÉS DE TAC, PELO FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DOS MESES DE MARÇO, ABRIL E MAIO DE 2019, CONFORME NOTAS FISCAIS E DEMAIS DOCS	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	24.973,49	24.973,49	24.973,49
10/01/20	105	REFERENTE A SERVIÇO DE HOME CARE PARA O PACIENTE JÃO CARLOS MODESTO, PERTINENTE AO PERÍODO DE 31/MARÇO/19 A 25/MAIO/2019 DE TRATAMENTO, POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, CONFORME	CHC SAÚDE LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	22.400,00	0,00	0,00

10/01/20	106	REFERENTE A SERVIÇOS DE HOME CARE PARA O PACIENTE JOÃO CARLOS MODESTO, PERTINENTE AO PERÍODO DE 31/MARÇO/2019 A 03/JUNHO/2019 DE TRATAMENTO, POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	CHC SAÚDE LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	24.266,66	24.266,66	24.266,66
10/01/20	107	REFERENTE A SERVIÇO DE HOME CARE PARA OS PACIENTES GILCLÉIA PINTO DO NASCIMENTO(PERÍODO:26/ABRIL/2019 A 28/MAIO/2019) - VALOR= R\$ 28.444,41 E WALCIR PINTO DO NASCIMENTO PERÍODO:25/ABRIL/2019 A 28/MAIO/2019) - VALOR= R\$ 28.444,41	CHC SAÚDE LTDA	Atenção Básica	Recursos Próprios	58.053,03	58.053,03	58.053,03
29/01/20	191	EMPENHO REF A GUIA PREVIDENCIÁRIA PATRONAL, REF AO MÊS DE	INSTITUTO MUN. DE PREV SO DOS SERV. PU	Atenção Básica	Recursos Próprios	113.644,91	113.644,91	113.644,91
TOTAL						1.044.046,50	1.021.646,50	1.021.646,50

Fonte: Relatório Analítico Saúde – fls. 1148/1163.

DETERMINAÇÃO N.º 16

Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00.

RESSALVA N.º 17

O município não registrou as disponibilidades financeiras no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08, as quais encontram-se zeradas.

DETERMINAÇÃO N.º 17

Observar o devido registro de todas as disponibilidades financeiras no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 248/08.

RESSALVA N.º 18

Divergência no valor de R\$8.368.307,24, entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade (R\$23.668.007,56) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$32.036.314,80).

DETERMINAÇÃO N.º 18

Observar o devido registro dos encargos e despesas compromissadas a pagar no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 248/08.

RESSALVA N.º 19

O Poder Executivo aplicou 61,67% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na educação, atendendo parcialmente o disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal nº 12.858/13.

DETERMINAÇÃO N.º 19

Observar a correta aplicação dos recursos recebidos dos royalties do pré-sal, decorrentes da Lei Federal nº 12.858/13.

RESSALVA N.º 20

O Poder Executivo não demonstrou a aplicação dos recursos dos royalties, previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, recebidos em 2018 e em 2019, os quais não foram aplicados na época devida, deixando de atender o disposto no § 3º, artigo 2º da referida Lei.

DETERMINAÇÃO N.º 20

Observar a correta aplicação dos recursos dos royalties, devendo ser aplicado o saldo residual de exercícios anteriores, sem prejuízo da aplicação dos recursos recebidos no exercício, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde, conforme estabelece o § 3º, do artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/13.

RESSALVA N.º 21

O Modelo 22 não foi preenchido de forma adequada, de modo que não permitiu a análise do cumprimento das determinações exaradas por esta Corte.

DETERMINAÇÃO N.º 21

Atentar para o correto preenchimento do modelo 22, informando de forma discriminada as ações e providências adotadas para o cumprimento de cada determinação expedida por esta Corte.

RESSALVA N.º 22

O Certificado de Auditoria, que emitiu parecer conclusivo quanto à regularidade das contas com ressalvas, não especificou as medidas adotadas, no âmbito do controle interno no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental.

DETERMINAÇÃO N.º 22

Providenciar para que quando o Certificado de Auditoria emitir parecer conclusivo quanto à regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas, especificar as medidas adotadas, no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental.

RESSALVA N.º 23

Ausência de ampla divulgação do Relatório Analítico e respectivo Parecer Prévio desta Corte sobre as contas do Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício financeiro de 2019, em afronta ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 23

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências estabelecidas no artigo 126 da Constituição Estadual c/c o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

RECOMENDAÇÃO

RECOMENDAÇÃO N.º 01

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

II – Pela COMUNICAÇÃO, nos termos regimentais, ao **atual responsável pelo Controle Interno** da Prefeitura Municipal de Valença, para que:

a) tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apresentando Certificado de Auditoria quanto à regularidade, regularidade com ressalva ou irregularidade das contas, apontando, ainda, quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental, além de apresentar a análise das determinações e recomendações exaradas por este Tribunal nas Contas.

b) Comprove no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o efetivo ressarcimento do recurso à conta do Fundeb, com recursos ordinários, no valor de **R\$1.465.755,67**, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei Federal nº 14.113/2020, referente ao valor do deficit financeiro apurado para o exercício de 2021 no balancete apresentado pelo Município e ajustado neste relatório, restando, desde já, aprovada abertura de procedimento autônomo de apuração, em caso de não atendimento.

III – Pela COMUNICAÇÃO, nos termos regimentais, ao atual Prefeito Municipal de **Valença** alertando-o:

III.1. quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais **referentes ao exercício de 2021, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2022**, a receita de contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública – COSIP, não será mais computada para os fins pretendidos no art. 29-A da CRFB.

III.2. quanto ao fato de que, para as Prestações de Contas de Governo **referentes ao exercício de 2021, a serem encaminhadas a esta Corte no exercício de 2022**, a vedação imposta pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89 – que veda a aplicação de recursos de *royalties* em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, excetuado o pagamento de dívidas para com a União e suas entidades, bem como excepcionado o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de

natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública – passará a abranger todos os recursos das compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, compreendidos os seguintes:

- a) *Royalties* pela produção (até 5% da produção) – art. 48 da Lei nº 9.478/97;
- b) *Royalties* pelo excedente de produção – art. 49 da Lei nº 9.478/97;
- c) *Royalties* sob o regime de partilha de produção – Lei nº 12.351/10, alterada pelo art. 42-B da Lei nº 12.734/12;
- d) Participação especial – art. 50 da Lei nº 9.478/97.

III.3. quanto ao fato de que com a alteração promovida no art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18 pela Deliberação TCE-RJ nº 325/21, a partir das contas do exercício de 2021, a serem encaminhadas em 2022, os documentos relativos ao exame das contas deverão ser remetidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão legislativa.

III.4. quanto ao fato de que, a partir das contas de governo municipais referentes ao exercício de 2021, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2022, seja observada a nova regulamentação do Fundeb, estabelecida na Lei Federal n.º 14.113, de 25/12/2020, que entrou em vigor em 01/01/2021, revogando quase integralmente a Lei Federal n.º 14.494/07, com especial atenção aos artigos 25 e 26 da nova lei, que alteraram, respectivamente, o percentual e prazo de utilização de recursos do Fundeb no exercício seguinte, e o percentual de aplicação mínima de remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício;

III.5. quanto ao fato de que, a partir das contas de governo municipais referentes ao exercício de 2024 (último ano do atual mandato), a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2025, a metodologia de verificação do cumprimento do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, passará a considerar a disponibilidade de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

III.6. para providenciar o ressarcimento, no valor de **R\$1.465.755,67**, com recursos ordinários, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei Federal n.º 14.113/20, restando, desde já, aprovada a abertura de procedimento autônomo de apuração, em caso de não atendimento.

III.7. para aplicar, adicionalmente, até o final do mandato, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o montante de R\$3.630.175,90, resultante da diferença entre o mínimo estabelecido de despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino e o apurado em 2020, conforme art. 4º, §4º, da Lei Ordinária Federal n.º 7.348/85.

III.7. quanto à necessidade de adotar providências com vista ao cumprimento das regras estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Município, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

IV – Pela COMUNICAÇÃO ao atual Presidente da Câmara Municipal de Valença, para que tenha ciência quanto à emissão do presente parecer prévio, com o registro de que a íntegra dos autos encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Corte de Contas, e que a partir das contas anuais de gestão referentes ao exercício de 2024, a serem encaminhadas no exercício de 2025, a metodologia de verificação do cumprimento do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, passará a considerar a disponibilidade de caixa e as obrigações de despesas contraídas, de forma segregada, por fonte de recurso específica, em observância ao artigo 8º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

V – pela DETERMINAÇÃO à Secretaria Geral de Controle Externo - SGE - para que verifique o cumprimento das regras impostas pela EC nº 103/19, notadamente quanto à obrigatoriedade de que, a partir de 13/11/2019 (data da publicação da referida emenda), os Regimes Próprios de Previdência Social do Estado e dos Municípios somente promovam o custeio de despesas com aposentadorias e pensões por morte e de que, para os que possuísem *deficit* atuarial a ser equacionado, estabelecessem, até 01/03/2020, alíquota de contribuição que não seja inferior à da contribuição dos servidores da União (14%).

VI – Findas as providências supra, pelo **ARQUIVAMENTO** do processo.

GCSMVM,

MARCELO VERDINI MAIA
Conselheiro Substituto